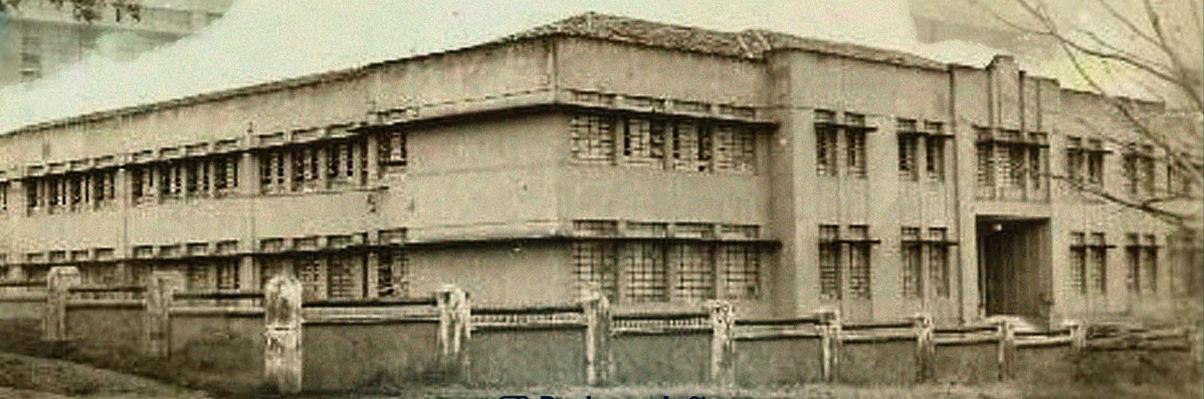


VANESSA CAMPOS MARIANO RUCKSTADTER

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO PARANÁ:

UM OLHAR A PARTIR DA ESCOLA NORMAL NO NORTE PIONEIRO

Prefácio de Dermeval Saviani



**FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
PRIMÁRIOS NO PARANÁ:**

**UM OLHAR A PARTIR DA ESCOLA NORMAL  
NO NORTE PIONEIRO**



**VANESSA CAMPOS MARIANO RUCKSTADTER**

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
PRIMÁRIOS NO PARANÁ:**

**UM OLHAR A PARTIR DA ESCOLA NORMAL  
NO NORTE PIONEIRO**

**Copyright © VANESSA CAMPOS MARIANO RUCKSTADTER**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos dos autores.

---

**Vanessa Campos Mariano Ruckstadter**

**Formação de professores primários no Paraná: um olhar a partir da Escola Normal no Norte Pioneiro.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 121p.

**ISBN: 978-65-87645-10-0**

1. Estudos de Educação. 2. Formação de professores. 3. Escola Normal. 4. Ensino de História. 5. Professores primários no Paraná. I. Título.

CDD – 370.71

---

**Capa:** Felipe Roberto / Argila Design

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/ Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luis Fernando Soares Zuin (USP/Brasil)



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 - São Carlos – SP

2020

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
<i>Dermeval Saviani</i>	
APRESENTAÇÃO	17
<i>Maria Elisabeth Blanck Miguel</i>	
INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 01 - A Trajetória da Escola Normal no Paraná	39
CAPÍTULO 02 - Contextualizar para inventariar: a Escola Normal no Norte Pioneiro Paranaense	65
CAPÍTULO 03 - Guia de Fontes para a História da Educação no Norte Pioneiro: Cursos e Escolas Normais (1926-1971)	83
CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS	113



## **Dedicatória**

A todos os professores e professoras que  
não medem esforços, apesar de tudo e de  
tudo, em lutar por uma escola pública,  
democrática e emancipatória.



## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos ao professor Dr. Dermeval Saviani pela confiança e leitura atenta do projeto, da pesquisa, do guia e pela generosidade em prefaciá-la esta obra. Igualmente agradeço à professora Maria Elisabeth Blanck Miguel, sempre disponível e generosa, pela leitura e apresentação do livro.

Estendo os agradecimentos à equipe da Divisão de Documentação Permanente (DDP) Setor de Acesso à Informação – SAI do Arquivo Público do Paraná, especialmente à historiadora Maureen Elina Javorski, pelo auxílio no levantamento das fontes documentais e à Denise Cristina Mansur, também funcionária do Arquivo Público do Paraná e que colaborou nesse processo.

Ao meu parceiro de todos os projetos da vida inteira, Flávio Massami Martins Ruckstadter, por ser minha rede de apoio constante e carinhosa. Ao meu filho Inácio por me ajudar a lembrar que a vida é maior que o trabalho, e com quem aprendo a ser uma pessoa melhor a cada dia.

Por fim, gostaria de agradecer à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pela possibilidade de participar do Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado (PPPD). Também à Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), ao Centro de Ciências Humanas e da Educação do *campus* Jacarezinho, especialmente aos meus colegas do Colegiado de Pedagogia, que possibilitaram a minha dedicação integral à pesquisa que originou este livro.



## PREFÁCIO

O problema da formação de professores entrou na ordem do dia passando a exigir uma resposta institucional apenas no século XIX quando, após a Revolução Francesa, se colocou a questão da instrução popular, cuja universalização conduziu à organização dos sistemas nacionais de ensino. Tais sistemas, concebidos como um conjunto amplo constituído por grande número de escolas organizadas segundo um mesmo padrão, viram-se diante do problema de formar professores, também em grande escala, para atuar nas referidas escolas. É daí que deriva o processo de criação de escolas normais como instituições encarregadas de preparar professores.

A primeira instituição com o nome de Escola Normal foi proposta pela Convenção Francesa, em 1794, e instalada em Paris em 1795. Já a partir desse momento se introduziu a distinção entre Escola Normal Superior para formar professores de nível secundário e Escola Normal, simplesmente, também chamada de Escola Normal Primária, para preparar os professores do ensino primário. Além da França, os demais países como Itália, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos também foram instalando, ao longo do século XIX, suas escolas normais.

No Brasil a questão do preparo de professores emerge, de forma explícita, após a independência, quando se cogita da organização da instrução popular. A partir daí, examinando-se a questão pedagógica em articulação com as transformações que se processaram na sociedade brasileira ao longo dos últimos dois séculos, podemos distinguir os seguintes períodos na história da formação de professores no Brasil:

a) Ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se inicia com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, promulgada em 1827, que obrigava os

professores a se instruir no método do ensino mútuo, às próprias expensas, e se estende até 1890 quando prevalece o modelo das escolas normais.

b) Estabelecimento e expansão do padrão das escolas normais (1890-1932), cujo marco inicial é a reforma paulista da escola normal tendo como anexo a escola-modelo.

c) Organização dos Institutos de Educação (1932- 1939), cujos marcos são as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal em 1932 e de Fernando de Azevedo em São Paulo em 1933.

d) Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das escolas normais (1939-1971).

e) Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).

f) Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-....).

Este livro trata da Escola Normal no Paraná tendo como foco o Norte Pioneiro. Considerando que, nessa região, o primeiro curso normal foi instituído em 1938, o estudo da Escola Normal se estende dessa data até 1971, ano em que as escolas normais foram substituídas pela Habilitação Específica de Magistério. Portanto, o objeto central do conteúdo deste livro situa-se no quarto período da história da formação de professores no Brasil que é exatamente o período de consolidação do modelo das escolas normais como instituições formadoras dos professores primários coincidindo com a organização dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura destinados à formação dos professores secundários, à época correspondentes aos níveis ginásial e colegial.

Enquanto a formação de professores secundários, nas instituições superiores de ensino, se orientou pelo entendimento de que a formação de professores, propriamente dita, se esgota na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que o professor irá lecionar, a formação do magistério primário, levada a efeito nas

Escolas Normais, firmou a orientação segundo a qual além da cultura geral e da formação específica na área de conhecimento correspondente, a instituição formadora deverá assegurar, de forma deliberada e sistemática por meio da organização curricular, a preparação pedagógico-didática sem o que não estará, em sentido próprio, formando professores.

Pela esquemática periodização da formação de professores antes apresentada pode-se perceber que a consolidação das escolas normais no Brasil resultou de um longo, difícil e oscilante processo que se estendeu por mais de um século e só veio a atingir seu ponto de maturação nas décadas de 50 e 60 do século XX, após a reforma conhecida como Lei Orgânica do Ensino Normal aprovada em 1946. No entanto, contrariamente à expectativa de que, uma vez consolidadas, essas instituições seriam mantidas e aperfeiçoadas como meio eficaz de formar professores elevando-as do nível médio ao superior, a década de 1970 foi inaugurada com a desmontagem do “sistema” das escolas normais. Em seu lugar surgiram as Habilitações Específicas de 2º Grau para o Exercício do Magistério de 1º Grau (HEM), instituídas pelo artigo 30 da Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971 e regulamentadas pelo Parecer CFE n. 349/72. Com a entrada em vigor desse dispositivo legal, a formação de professores para o antigo ensino primário foi reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, configurando um quadro de precariedade bastante preocupante

O fracasso das HEMs provocou uma tentativa de revitalização das escolas normais representada pelo projeto CEFAM (Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério), formulado pelo Ministério da Educação em 1982 que, entretanto, apesar dos resultados significativos, foi descontinuado. Uma nova tentativa de recriação das escolas normais configurou-se na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, mas essa tentativa também não surtiu efeitos práticos tendo, ao contrário, contribuído para trazer ainda mais confusão à área de formação de professores.

Diante do quadro descrito o presente livro reveste-se de grande importância ao reconstituir, no primeiro capítulo, a trajetória da Escola Normal no Paraná e ao construir, com base em fontes primárias, a emergência e o desenvolvimento da Escola Normal do Norte Pioneiro Paranaense.

Mas esta obra de Vanessa Ruckstadter não se limita ao registro histórico. No terceiro capítulo brinda os leitores com um precioso Guia de Fontes para a História da Educação do Norte Pioneiro inventariando todos os Cursos e Escolas Normais desde seu início, em 1926, até sua substituição, em 1971, cobrindo todos os 46 municípios que integram a Região do Norte Pioneiro do estado do Paraná.

Pesquisando a história da Escola Normal e fornecendo um Guia de Fontes para a história dos cursos e escolas normais de toda a Mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense, o conteúdo do livro situa-se no cruzamento entre as linhas de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) *Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias da Educação Brasileira* e *História das Instituições Escolares*. Com efeito a obra contém um estudo da instituição "Escola Normal do Norte Pioneiro Paranaense" e o Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias da Educação Brasileira referentes aos Cursos e Escolas Normais do Norte Pioneiro Paranaense". Assim, de posse do Guia de Fontes, o Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Norte Pioneiro", constituído como um Grupo de Trabalho do HISTEDBR, sediado no Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná, dispõe de um importante manancial para novos estudos sobre a história da educação do Norte Pioneiro Paranaense, que enriquecerão a historiografia da educação brasileira. Mas não apenas isso. Agora, com a publicação do livro, esse rico manancial fica disponibilizado a toda a comunidade dos historiadores da educação do nosso país.

Considerando, por fim, a discussão teórico-metodológica, o modo como foi construída a pesquisa e a forma de exposição dos

resultados alcançados, este livro se constitui num útil instrumento formativo para os Cursos de Pedagogia e demais licenciaturas assim como para os Programas de Pós-Graduação nas várias modalidades do campo das Ciências Humanas. Recomendo, pois, vivamente sua leitura e estudo.

São Paulo, 12 de agosto de 2020.

Dermeval Saviani,  
Professor Emérito da UNICAMP, Pesquisador Emérito do  
CNPq e Doutor Honoris Causa  
pelas universidades Tiradentes de Sergipe, Federal da  
Paraíba e Federal de Santa Maria-RS.



## APRESENTAÇÃO

A “Escola Normal” representa uma questão fundamental na educação brasileira, pois esta instituição foi não só a responsável pela formação de professores primários, como constituiu-se em depositária das intenções do Estado, de formar os professores enquanto educadores do povo. Desde o início da República, a ideia de que a educação seria a forma de moldagem da alma nacional (Carvalho,1989) está presente no ideário de constituir o Brasil enquanto uma nação republicana. Essa educação poderia alcançar a população, principalmente enquanto educação escolar. Para tal, o professor seria o responsável por ministrá-la atendendo às intenções do Estado.

No Paraná, pesquisas vêm sendo realizadas levantando fontes e buscando responder às questões sobre como o professor foi visto nas intenções legais e o modo como ele conseguiu atuar nas escolas nas quais realizava sua prática pedagógica, na maioria das vezes, em condições precárias.

Hoje tenho a satisfação de apresentar um excelente trabalho sobre as Escolas Normais, realizado pela Professora Doutora Vanessa Campos Mariano Ruckstadter, intitulado FORMAÇÃO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS NO PARANÁ: UM OLHAR A PARTIR DA ESCOLA NORMAL NO NORTE PIONEIRO, elaborado a partir de pesquisa no Pós Doutorado, na Universidade de Campinas (UNICAMP), sob orientação do Prof. Dr. Dermeval Saviani.

Este texto apresenta um estudo realizado a partir do levantamento de fontes documentais que possibilitaram o mapeamento das cidades nas quais funcionaram Cursos e Escolas Normais, bem como Escolas de Professores. Seu marco temporal inicia com a fundação da Escola Normal Complementar em Jacarezinho (Norte Pioneiro), em 1926 e se estende até 1971, quando

pela reforma de ensino implementada pela Lei 5692/71, os Cursos Normais foram extintos e a formação de professores passou a ser oferecida enquanto mais um curso técnico, em nível de segundo grau.

O trabalho oferece importantes contribuições não só para aprofundar a compreensão sobre a história da formação de professores na região, mas como indicativo aos pesquisadores, da interferência das fontes encontradas, no próprio curso da pesquisa. A autora mostra como, inicialmente havia proposto uma questão investigativa e que ao buscar as fontes, estas direcionaram-na para outro problema de pesquisa, o de buscar responder qual foi papel do Estado na criação das Escolas Normais no contexto da (re)ocupação da região e como tais instituições estiveram relacionadas ao contexto educacional paranaense.

Ao redimensionar o problema, a pesquisadora já coloca em discussão uma questão pouco explorada e considerada no âmbito da pesquisa histórica regional do Paraná, a da (re)ocupação da região do Norte Pioneiro, pois contesta a ideia de que esta seria anteriormente, caracterizada por um vazio demográfico. Vanessa Ruckstadter afirma que a região já era habitada por nativos e pequenos proprietários, mostrando a importância da construção de uma memória coletiva, que não apenas a “memória dos ‘pioneiros’, atrelada ao poder das oligarquias regionais e locais, ainda fortemente presentes na região”. Tal enfoque aliado ao amplo levantamento de fontes sobre as Escolas Normais do Norte Pioneiro do Paraná, conferem ao texto resultante da investigação, seu caráter de originalidade e acrescentam valiosa contribuição à historiografia da História da Educação paranaense.

A importância do estudo realizado pela autora é consequente do extenso mapeamento dos 46 municípios do Norte Pioneiro paranaense, consultando o arquivo da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR), Arquivo Público do Paraná, legislação educacional do período, mensagens e relatórios de governo, computadores dos históricos e Projetos Políticos Pedagógicos de 184 escolas componentes do universo de pesquisa.

As fontes foram digitalizadas e formam um importante arquivo histórico que, certamente auxiliará outros pesquisadores.

O texto fundamenta-se na concepção materialista histórica e busca fazer a articulação entre o universal e o particular, considerando que as mudanças que se processaram na formação de professores no Paraná e, conseqüentemente no Norte Pioneiro, representam as intenções do Estado, segundo sua concepção de desenvolvimento. Para tal, alicerça-se no conceito gramsciano de Estado. Saviani também subsidia a análise, bem como demais autores que pesquisaram ou ainda pesquisam a questão das instituições formadoras de professores, principalmente no contexto da Primeira República, quer no Brasil ou no Paraná.

A articulação entre o universal e o particular é uma perspectiva teórica importante, para mostrar que o que foi vivido nas propostas de formação de professores, não aconteceu somente enquanto uma proposta da política local, mas inseriu-se em uma proposição que fazia parte de proposição maior, de desenvolvimento paranaense e de toda a nação brasileira.

O livro compõe-se de três capítulos: o primeiro trata da Trajetória Histórica das Escolas Normais no Paraná; o segundo intitula-se Contextualizar para inventariar: a Escola Normal no Norte Pioneiro Paranaense e o terceiro oferece o Guia de Fontes para a História da Educação no Norte Pioneiro: Cursos e Escolas Normais (1926-1971).

No primeiro capítulo é retomada a história e política da formação de professores no Brasil e no Paraná, no qual a autora mostra as influências recebidas pelo estado paranaense, não só das reformas paulistas, mas das concepções educacionais europeias e norte-americanas. Mostra também as políticas de nacionalização dos imigrantes aplicada nas escolas, e a influência das ideias provenientes da Pedagogia da Escola Nova. Esta concepção que absorvia os avanços da Psicologia, da Biologia e da Sociologia conferiam à Pedagogia, subsídios científicos e alteravam as propostas teóricas e práticas aplicadas nas Escolas Normais. No entanto, como fica explicitado no presente livro, o professor

deveria levar às escolas do interior do Estado do Paraná, a cultura geral, pois era portador de conhecimentos culturais necessários à formação do ser humano, uma vez que havia recebido formação profissional para tal.

Outra questão importante, presente no primeiro capítulo é referente às atuações de Prieto Martinez, Lysímaco Ferreira da Costa e Erasmo Pilotto. Martinez lançou as bases que possibilitaram a implementação de ideias provenientes da Escola Nova, posteriormente. Suas ações de racionalização e sistematização da organização escolar, facilitaram as reformas empreendidas por Lysímaco Ferreira da Escola. Este redigiu as Bases Educativas para a Organização da Nova Escola Normal do Paraná. No entanto, preferia que as professoras (pois à época já eram, na maioria, mulheres) fossem provenientes das melhores famílias curitibanas, pois seriam obedientes à voz do Estado. A intenção era a de formar professores capazes de educar os alunos como futuros cidadãos trabalhadores e obedientes às normas organizacionais das fábricas, ou que produzissem bons produtos agrícolas. Estes são pontos importantes, dentre outros, destacados pela autora.

No contexto da década de 20, o governo apontava a necessidade de criar um curso de formação de professores no Norte Pioneiro, e em 1926 foi criada a Escola Normal Complementar em Jacarezinho. Daí parte a articulação que a autora faz, entre a expansão dos cursos de formação de professores no Paraná, com o início da criação do primeiro curso com esta finalidade na região. São mostrados a duração da formação (um ano), as disciplinas que o comporiam, e seu funcionamento nos Grupos Escolares. Estes são dados novos resgatados por Vanessa Ruckstadter e que enriquecem o trabalho. No entanto, como também fica esclarecido, a primeira Escola Normal da região do Norte Pioneiro foi criada somente 1938.

A autora aborda também a ação educacional de Erasmo Pilotto, após 1938, quando transformou a Escola Normal em Escola de Professores. Retoma as ações deste educador inspirado pelas

ideias pedagógicas de Decroly, Montessori e Anísio Teixeira. Destaca o trabalho de Pilotto aplicando na Escola de Professores, as experiências que haviam se mostrado positivas no trabalho experimental realizado no Instituto Pestalozzi. Após 1949, Pilotto é designado para ocupar a pasta de Secretário de Educação e Cultura, propondo os Cursos Normais Regionais. Tal medida impactou também o Norte Pioneiro como fator de modernização e desenvolvimento.

Após 1961, já no período de redemocratização, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que conservou a formação de professores em dois níveis: Curso Normal Colegial e Curso Normal Regional. A formação de professores em ambos os níveis continuou enquanto um projeto do Estado brasileiro e conseqüentemente, paranaense, de modernização, preparando o cidadão republicano, capaz de impulsionar o desenvolvimento. Em 1971, pela Lei 5692/71, os cursos de formação de professores passaram a ser cursos de formação técnica em nível de segundo grau. Todo este caminho histórico, percorrido pelas Escolas Normais no Paraná, inserido na educação brasileira, é resgatado pela autora e dada relevância ao momento em que se iniciam os respectivos cursos na região do Norte Pioneiro.

No segundo capítulo, é tratada especificamente, a questão dessas escolas no Norte Pioneiro. Porém antes de abordá-la, a autora retoma a articulação entre o regional e o local, fundamentando-se teoricamente em Hobsbawm (1998), Saviani (2012) e Sanfelice (2010) para reafirmar seu posicionamento, bem como a construção de uma memória coletiva. Destaca que a pesquisa se insere no HISTEDBR nacional e no Grupo de Pesquisa HISTEDNOPR, de Jacarezinho.

A escassez de trabalhos sobre o tema do desenvolvimento das Escolas Normais na Mesorregião do Norte Pioneiro, foi um dos motivos que estimularam o texto agora publicado. Já no capítulo anterior, a autora trata, e não posso deixar de salientar, uma vez que é uma questão crucial, o estado da preservação das fontes nos arquivos escolares. Este livro é uma valiosa contribuição para a

valorização deste tipo de pesquisa, ou seja, o trabalho de busca, seleção, digitalização, análise e preservação das fontes.

Para realizar a pesquisa sobre as Escolas Normais na região, a autora partiu de um amplo levantamento de arquivos nos quais estão documentos que preservam a memória dessas instituições. Utilizou-se de fontes legais como relatórios e ofícios, leis e regulamentos, como consultou Projetos Políticos Pedagógicos das escolas da região. Mas, lembra que nem sempre tais projetos trazem todas as informações necessárias.

No trabalho de mapear fontes, considerou a história do Norte Pioneiro, mostrando que os cursos de formação de professores se inseriram no próprio processo de ocupação da região; processo este no qual o latifundiário foi considerado um desbravador. Considera ainda o contexto de (re)ocupação da região, a instalação de frigorífico, a criação de suínos, a migração e imigração dirigidas motivadas pelo avanço da cultura cafeeira e os loteamentos empreendidos pela Companhia de Terras do Norte do Paraná.

Informa que entre 1950 e 1960 havia 30 Cursos e Escolas Normais tanto regionais como secundárias na região; antes da Reforma de 1971, o Norte Pioneiro contava com 21 Escolas Normais. No final do capítulo, a autora lança possibilidades de investigações abertas pela pesquisa, fato importante, uma vez que outros pesquisadores com base em seu trabalho, poderão dar continuidade às investigações.

O terceiro capítulo denominado Guia de Fontes para a História da Educação no Norte Pioneiro: Cursos e Escolas Normais (1926-1971) coloca à disposição dos estudiosos e pesquisadores “informações sobre as cidades onde foram criados Cursos e Escolas Normais, a fonte documental de informação, bem como a sua localização”, apresentando no final, “uma seleção de fontes documentais e bibliográficas que podem auxiliar nos estudos sobre a temática”. Nada seria melhor para caracterizar o que compõe o terceiro capítulo, do que as próprias palavras da autora.

Cabe-me destacar o caráter inovador de sua obra, uma vez que Vanessa Ruckstadter não só pesquisou as fontes que informam

sobre a formação de professores na Mesorregião do Norte Pioneiro inserindo-as no processo histórico, como ao final, disponibiliza ao leitor, um amplo repertório de quadros e fontes consultadas: Cronologia dos Presidentes e Governadores do Estado do Paraná (1926-1971); Inventário das fontes; Gráficos sobre a criação de escolas de formação de professores, a partir do inventário; Cronologia da criação de cursos e escolas normais; Mapeamento de cursos de escolas normais até 1955; Mapeamento de escolas normais existentes em 1971; Fontes disponíveis nos arquivos consultados; Relatórios e mensagens de governo; Códigos e regulamentos de ensino do Paraná; Dissertações que focalizam o tema pesquisado; Artigos sobre a questão da formação de professores na região.

Assim, cabe-me finalmente apresentar este livro como uma excelente contribuição para o conhecimento da formação de professores no Paraná e parabenizar a autora, por realizar uma pesquisa aprofundada e que avança sobre a questão dos Cursos e Escolas Normais na Mesorregião do Norte Pioneiro. Certamente esta obra constará das indicações para todos os que se interessam pela História da Educação do Paraná. Desejo uma ótima leitura a todos!

Maria Elisabeth Blanck Miguel  
Curitiba, 18 de setembro de 2020.



## INTRODUÇÃO

Este livro apresenta os caminhos e resultados do mapeamento de Cursos e Escolas Normais no Norte Pioneiro Paranaense a partir da pesquisa de pós-doutorado desenvolvida entre os anos de 2016 e 2017 no Programa de Pesquisador de Pós-Doutorado (PPPD) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na Faculdade de Educação (FE), sob a supervisão do prof. Dr. Dermeval Saviani.

A pesquisa teve como intuito central inventariar o processo de institucionalização da formação de professores no processo de (re) ocupação da mesorregião Norte Pioneiro Paranaense, entre os anos de 1938 e 1971, na perspectiva da área de História da Educação<sup>1</sup>. Isso significou localizar fontes documentais que possibilitassem o mapeamento das cidades da região onde funcionaram Cursos e Escolas Normais, bem como Escolas de Professores.

O marco temporal inicial se refere à criação do primeiro curso de professores da região, na cidade de Jacarezinho. Em 1971, marco final desta pesquisa, foi extinta a Escola Normal e instituído o ensino técnico para a formação de professores, o magistério, a partir da Lei Federal 5692/71. Sabe-se que, apesar da extinção da Escola Normal como modelo de formação de professores em 1971, os cursos em andamento tiveram continuidade. Porém, o ano de 1971 foi selecionado devido ao objetivo central do trabalho, que é o de mapear a criação desses cursos. Assim sendo, após 1971 nenhum curso novo foi criado, apenas o andamento daqueles já existentes.

---

<sup>1</sup> Neste texto será utilizado o termo (re) ocupação em contraposição a uma construção da ideia do vazio demográfico, de que as terras mais ao norte do Estado do Paraná estariam vazias. Considera, portanto, que as terras já estavam ocupadas por nativos bem como pequenos proprietários, e que foram expulsos e dizimados no processo de (re) ocupação dirigido pelo Estado e por particulares desde fins do século XIX. (TOMAZI, 1987; MOTA, 2009; WACHOWICZ, 1987)

O recorte temporal se constitui em um recurso importante de pesquisa. Em contrapartida, não deve provocar um engessamento no levantamento de fontes. Assim, ao ler relatórios e mensagens de governo em período anterior ao recorte, mais especificamente das décadas de 1920 e 1930, foi possível identificar o funcionamento já nos anos de 1920 de um Curso Normal Complementar na cidade de Jacarezinho, iniciado em 1926, e incluído no inventário.

Há que se considerar a relevância de realizar inventários e guias de fontes em um campo e temática pouco estudados sistematicamente. Existem poucos levantamentos e pesquisas acerca das instituições escolares no Norte Pioneiro, de modo específico, mas também sobre o processo de (re) ocupação da região, tanto na historiografia quanto na historiografia da educação. Uma das questões propostas para nortear este inventário inicialmente foi: qual o papel dos cursos de formação de professores no contexto de (re) ocupação da região? Mesmo em se tratando de um mapeamento tal questionamento se fazia importante a fim de contextualizar a Escola Normal no Paraná e o processo de (re) ocupação da região Norte Pioneiro Paranaense.

Ao realizar o levantamento de fontes documentais e bibliográficas e proceder à sua leitura, contudo, percebeu-se o limite dessa questão, que levou a um redirecionamento a partir da proposta original. Tratava-se muito mais, devido especialmente ao caráter oficial da maioria das fontes, de compreender a ação do Estado e seu papel na criação dessas escolas e cursos, inserida no contexto educacional paranaense. Assim, as questões reformuladas que direcionaram a sistematização dos dados do inventário e sua contextualização são: qual o papel do Estado na criação dessas escolas no contexto de (re) ocupação da região? Como se relacionam com o contexto educacional paranaense?

Além do inventário, que resultou em um Guia de Fontes, apresentado neste livro no último capítulo, foram realizados estudos teórico-metodológicos que envolvem a história das instituições escolares em sua relação com o local e o nacional, bem como um estudo bibliográfico-documental acerca do contexto de

(re) ocupação da região estudada e da formação de professores no contexto paranaense. Este estudo se fez necessário, pois, partiu-se da hipótese que os Cursos e Escolas Normais, mais que formar professores para suprir uma demanda de aulas primárias no processo de organização da educação primária no Paraná, tiveram papel importante na construção de uma memória cívica e do discurso do “pioneiro”, que são concomitantes ao discurso nacional de desenvolvimento, progresso e modernidade.

Para fins didáticos, este livro está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “A trajetória da Escola Normal no Paraná” apresenta um panorama histórico da institucionalização da formação de professores no Estado inserido, especialmente, no contexto de reformas escolanovistas da educação a partir da década de 1920, até a sua extinção a partir da reestruturação promovida pela Lei 5692/71. No segundo capítulo, “Contextualizar para inventariar: a Escola Normal no Norte Pioneiro Paranaense”, será apresentado o mapeamento realizado inserido no contexto de (re) ocupação da região Norte Pioneiro Paranaense. Também é realizada uma discussão acerca das pesquisas que se dedicam a adotar como recorte espacial a história regional e local. Por fim, o terceiro capítulo apresenta o resultado do mapeamento: um Guia de Fontes.<sup>2</sup> O guia disponibiliza informações sobre as cidades onde foram criados Cursos e Escolas Normais, a fonte documental de informação, bem como a sua localização. O guia apresenta também, ao final, uma seleção de fontes documentais e bibliográficas que podem auxiliar nos estudos sobre a temática.

Mapear a criação de Cursos e Escolas Normais no Norte Pioneiro constitui em um passo inicial importante na tarefa de um projeto maior que deve ser a reconstituição histórica de cada uma dessas instituições escolares, tarefa que deve ser coletiva e que vem sendo assumida pelo Grupo de estudos e pesquisas “História,

---

<sup>2</sup> O guia foi originalmente disponibilizado no endereço: [http://histednopr.blogspot.com.br/2017/03/guia-de-fontes-para-historia-da\\_3.html](http://histednopr.blogspot.com.br/2017/03/guia-de-fontes-para-historia-da_3.html).

Sociedade e Educação no Norte Pioneiro” (HISTEDNOPR), grupo de trabalho do HISTEDBR sediado em Jacarezinho na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), liderado pela autora e pelo prof. Dr. Flávio Massami Martins Ruckstadter.

Espera-se que a partir desse inventário seja possível instigar e estimular pesquisas sobre a história das instituições escolares na região, de modo específico, bem como possibilitar o acesso a fontes históricas que auxiliam na sistematização e compreensão também da própria história da região.

A escassez de trabalhos sistematizados sobre as instituições escolares na região Norte Pioneiro Paranaense direcionou e motivou esta pesquisa. Tal constatação foi feita a partir da orientação de um trabalho de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) entre os anos de 2014 e 2015. O trabalho objetivava levantar e catalogar as fontes do acervo permanente do arquivo do Colégio Estadual Rui Barbosa, na cidade de Jacarezinho. Na ocasião, o colégio, um dos mais antigos da cidade, completava 75 anos. Após a ida ao arquivo, a pesquisadora em formação Estefane Francisca Gonçalves, atualmente mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM), identificou a existência de amplo conjunto documental acerca da Escola Normal de Jacarezinho. A partir do esforço inicial na busca e seleção de fontes documentais e bibliográficas sobre a cidade, bem como sobre a Escola Normal, constatou-se uma lacuna historiográfica importante no que diz respeito a uma produção acadêmica e sistematizada sobre a cidade, a região e, em especial, sobre a História da Educação no Norte Pioneiro Paranaense.

Outros trabalhos foram orientados na sequência, encontrando as mesmas dificuldades: levantamento e catalogação do acervo da Escola Normal de Santo Antonio da Platina no arquivo do Colégio Estadual Rio Branco, desenvolvido pela aluna Mônica Delfina Barbosa, que encontrou a mesma limitação em relação a trabalhos sistematizados sobre a cidade, a região e sua história da educação. Ao surgir a oportunidade de um estágio de pós-doutorado, logo após a criação de um Grupo de Trabalho (GT) do Grupo de Estudos

e Pesquisas Nacional “História, Sociedade e Educação no Brasil” – HISTEDBR na cidade de Jacarezinho, sob minha coordenação e do prof. Dr. Flávio Massami Martins Ruckstadter, o grupo direcionou seus esforços para iniciar a tarefa de inventariar as fontes para a reconstrução histórica das instituições escolares da região.

O primeiro passo para a reconstrução histórica das instituições na região é mapear as fontes. Sem fontes, não há a possibilidade de análises sistemáticas e históricas. Entende-se que investigar essas instituições faz parte da compreensão e preservação de parte do patrimônio histórico e cultural, bem como na construção de uma memória coletiva que considere todos os sujeitos dessa história, e não apenas a memória dos “pioneiros”, atrelada ao poder das oligarquias regionais e locais, ainda fortemente presentes na região.

Ainda há muito por se investigar acerca do processo de organização e sistematização da educação no contexto de (re) ocupação da região denominada Norte do Paraná, em específico daquela denominada Norte Velho ou Norte Pioneiro. Desse modo, esta pesquisa se ocupou em mapear a existência dos Cursos e Escolas Normais a partir da premissa de que essas instituições de formação de professores tiveram importante papel na construção de uma memória cívica e como educadora do povo (MIGUEL, 2008a).

Os poucos estudos especializados, bem como as condições precárias de armazenamento dos documentos presentes nos arquivos das instituições escolares, fazem com que trabalhos que busquem inventariar, levantar e catalogar fontes sejam o ponto de partida que possibilitará a ampliação das fontes disponíveis para fomentar futuras pesquisas na área.

Pesquisas que considerem a história regional e local para compreender as instituições escolares são necessárias, e, em nossa região, faz-se urgente serem iniciadas devido à degradação dos documentos nos arquivos escolares em função das precárias condições de acondicionamento e a falta de políticas públicas de preservação documental, bem como a possibilidade de se constituir

fontes a partir da memória dos sujeitos da história dessas instituições: professores, alunos e comunidade escolar.

Saviani (2012) defende que a organicidade e articulação entre o local e o nacional devam ser programas de pesquisa nacionais no interior de entidades. Nesse sentido, destacam-se as pesquisas desenvolvidas em todo o Brasil no interior dos grupos de trabalho do HISTEDBR. O Grupo de Trabalho “História, Sociedade e Educação no Norte Pioneiro do Paraná” (HISTEDNOPR) está no início dessa trajetória de inventariar as instituições escolares na região, e esta é uma das primeiras pesquisas que resulta desse esforço inicial de levantamento de fontes.

Além disso, um projeto como este está enraizado no contexto social de abrangência da instituição à qual ele se vincula, uma das mais novas do estado do Paraná, a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). A universidade foi criada em 2008 a partir da reunião das antigas faculdades estaduais isoladas, e vem formando professores na região há mais de meio século. No caso específico do centro de estudos ao qual se vincula esta pesquisa, o Centro de Ciências Humanas e da Educação, *campus* Jacarezinho (CCHE/CJ), trata-se da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho (FAFIJA), que oferta cursos de formação de professores em nível superior desde a década de 1950. Torna-se importante, assim, estudar as primeiras escolas de formação de professores na região, as Escolas Normais e os Cursos de Formação de Professores uma vez que essas escolas formaram os primeiros quadros de professores que atuaram diretamente nos primeiros Grupos e Casas Escolares na região, bem como prepararam para o ingresso na própria Faculdade.

Embora existam múltiplas possibilidades metodológicas para analisar a educação, esta investigação optou por um olhar que não prioriza estudos memorialistas e com uma visão saudosista em torno das Escolas Normais; por outro lado, procura contextualizar sua criação e funcionamento no complexo contexto social e econômico no movimento de (re) ocupação na região, do discurso

escolanovista bem como no processo de sistematização da educação no Paraná.

Esta pesquisa direcionou sua análise para as fontes documentais e legislação educacional a fim de compreender o contexto da formação de professores em uma perspectiva que articule dialeticamente os âmbitos regional, nacional e internacional. Dessa forma, este estudo considerou que:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e representação (MARX, 1999, p. 39-40).

Pensando nisso, o ponto de partida foi contextualizar a formação de professores no século XX, de modo amplo, bem como estudos que se ocupam em analisar o processo de (re) ocupação do “Norte Pioneiro” do Paraná. Esta mesorregião faz parte da construção de um discurso que legitimou tal processo de (re) ocupação, e que desconsiderou as ocupações de indígenas e pequenos proprietários. Assim sendo, os estudos sobre esse processo no Norte Paranaense foram tomados como ponto de partida. Dentre eles, destacamos aqueles que contestam a ideia de vazio demográfico no Norte do Paraná, sobretudo a tese apresentada por Décio Tomazi (1997) acerca da construção da memória dos pioneiros a partir da (re) ocupação do Norte do Paraná, bem como as análises sob um viés econômico feitas por Ruy Wachowicz (1987; 2001).

Especificamente sobre a Escola Normal no Paraná, além da documentação oficial, tais como leis, decretos, mensagens e relatórios de presidentes de província e governadores do estado do Paraná, a contextualização partiu dos amplos e consistentes estudos desenvolvidos sobre a formação de professores no Brasil, de modo mais amplo, e, de modo específico, no Paraná, dentre os quais destacam-se aqueles realizados por Tanuri (2000), Miguel

(2008a; 2008b; 2011), Oliveira (2001), Wachowicz (1984), entre outros.

O projeto inicial previa mapear principalmente a microrregião de Jacarezinho, composta por 6 municípios, região de abrangência do *campus* Jacarezinho da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), instituição à qual a pesquisa e o HISTEDNOPR estão vinculados. Todavia, foi realizado o mapeamento de todos os 46 municípios que compõem o Norte Pioneiro Paranaense. Isso só foi possível devido à disponibilização da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) na rede mundial de computadores dos históricos e Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas, estrutura que facilitou a consulta e possibilitou a ampliação a partir da proposta inicial.

Concomitante a esse primeiro passo foi realizado o levantamento de fontes documentais e bibliográficas para o estudo do processo de (re) ocupação da região bem como da Escola Normal no Paraná, que possibilitou contextualizar o mapeamento.

Para o levantamento de fontes documentais foram realizadas visitas ao Arquivo Público do Paraná. A proposta inicial previa ainda a visita ao Arquivo Permanente do Colégio Estadual Rui Barbosa, que abriga em seu acervo documentos referentes à Escola Normal de Jacarezinho. Entretanto, a escola estava em processo de reforma e os documentos do seu acervo se encontravam em caixas e inacessíveis temporariamente<sup>3</sup>. A legislação referente à criação de Cursos e Escolas Normais no Norte Pioneiro foi digitalizada, e a partir do cruzamento com os dados dos históricos dos PPPs de 184 escolas e das mensagens e relatórios de governo foi possível realizar o mapeamento.

Para essa compreensão histórica, além da produção historiográfica acerca da formação de professores, serão

---

<sup>3</sup> Graças ao Guia de Fontes já elaborado pelo HISTEDNOPR a partir do levantamento e catalogação de parte do acervo do Colégio Estadual Rui Barbosa foi possível acessar alguns documentos já digitalizados. O guia está disponível em: <http://histednopr.blogspot.com.br/>. O catálogo foi elaborado pela então aluna de iniciação científica Estefane Francisca Gonçalves, bolsista do CNPq.

considerados leis, decretos, regulamentos de ensino, mensagens e relatórios de governo como fontes documentais.

As fontes históricas não se constituem no fenômeno histórico em si, mas sim, em ponto de partida para a construção do conhecimento historiográfico. Além disso, apenas adquirem o estatuto de fontes diante do trabalho do historiador. (SAVIANI, 2006). Desse modo, as fontes não falam por si mesmas, e é preciso considerar o caráter oficial de grande parte desses documentos. Por essa razão precisam ser indagadas e contextualizadas.

Essas fontes são vestígios que podem dimensionar como uma época, a partir da perspectiva daqueles que possuíam a hegemonia política, do Estado e dos poderes econômicos e sociais por ele representados, e como esse grupo concebia a educação e a formação de seus professores. Considera-se, desse modo, que esse conjunto de fontes oficiais:

Constituem-se ainda em um conjunto de ideias e ações determinadas e aceitas oficialmente como passíveis de aplicação em determinado momento e em determinada realidade. Os relatórios expressam os resultados possíveis daquilo que as leis estipulam, na maioria das vezes demonstrando a distância entre as intenções legais e as necessidades reais da população a ser atendida (MIGUEL, 2008b).

De modo amplo, a legislação educacional contextualizada permite conhecer concepções de mundo e projetos hegemônicos de educação em determinada época. Não se desconsidera, contudo, a existência de diferentes projetos em disputa, que podem e devem ser analisados em futuras pesquisas. Enfim, essa legislação auxilia na compreensão “[...] das expectativas e interesses dos governantes em relação a esse profissional” (MIGUEL, 2008b, p. 146).

Sabemos da abrangência do período proposto para o mapeamento, e seria pretensão propor a análise dos projetos em disputa e do amplo contexto econômico e político nacional e internacional que envolve a formação de professores. Nesse sentido, optou-se por balizar a análise a partir de periodizações que

contemplam questões internas à educação, e relacioná-las sempre que possível a esse amplo contexto.

A primeira baliza temporal adotada é a ideia do professor Dermeval Saviani (2014) de um longo século XX na educação brasileira. Segundo o autor, para compreender os aspectos sociais, políticos e econômicos da República, bem como as questões educacionais, faz-se necessário um recuo ao final do século XIX, pois nele se situam importantes mudanças: nas relações de trabalho, com a abolição da escravidão em 1888; a expansão cafeeira que sustentaria o poder econômico da oligarquia paulista e seu predomínio político no governo central; a mudança de regime político com a Proclamação da República em 1889; no âmbito cultural, as ideias positivistas, a defesa da laicidade, o cientificismo que compuseram o clima cultural dos últimos 30 anos do século; o militarismo em sua relação com a política. A partir da ideia de longo século XX em todos esses aspectos, assinala que a educação também pode ser entendida nessa longa duração, uma vez que as reformas promovidas no final do século XIX, mais especificamente na última década, no estado de São Paulo, ainda que não tenham se consolidado, ditaram uma tendência que se impôs como referência aos demais estados da federação nos primeiros anos da República (SAVIANI, 2014).

No que concerne às ideias pedagógicas, o amplo recorte se insere especialmente no que Saviani definiu como terceiro período, entre os anos de 1759 a 1932, marcado pela coexistência das ideias da vertente religiosa e leiga de uma pedagogia tradicional; e o período de 1932 a 1969, marcado pela predominância da Pedagogia da Escola Nova. (SAVIANI, 2007). A expansão e consolidação na Escola Normal no Paraná se correlacionam com a expansão e consolidação do ideário escolanovista no Estado. Assim, a maior parte dos Cursos e Escolas Normais mapeados na região se insere no período de predominância da Pedagogia da Escola Nova.

Partiu-se também de uma proposta de recorte temporal elaborado pela professora Leonor Maria Tanuri (2000) no que se refere à formação de professores no contexto nacional. A autora

elencas quatro momentos: 01- as primeiras iniciativas no século XIX com a criação das Escolas Normais; 02 – a expansão e consolidação das Escolas Normais nos primeiros anos da República; 03 – a definição do modelo da Escola Normal a partir das reformas em São Paulo e Distrito Federal promovidas pelos renovadores da educação; 04 – a descaracterização do modelo com a extinção da Escola Normal a partir da reorganização do ensino decorrente da Lei 5692 de 1971.

De modo ainda mais específico, consideraremos a apresentação do inventário a partir da divisão proposta pela professora Maria Elizabeth Blanck Miguel (2011), que considera no século XX a criação de Escolas Normais no Paraná a partir da influência das ideias da Pedagogia da Escola Nova em três momentos: o início, a consolidação e a expansão do ideário, assim exemplificados:

[...] o início, caracterizado pela reorganização e sistematização da educação existente, bem como a introdução do ideário da Escola Nova (1920-1938); a consolidação, por meio de uma experiência única realizada na Escola de Professores de Curitiba, de 1938 a 1946, e após, sua expansão, acompanhando as escolas que se multiplicaram pelo território paranaense impulsionadas pelo desenvolvimento do estado (1946-1961) (MIGUEL, 2011, p. 121-122).

Ao utilizar os termos “discurso escolanovista”, “movimento renovador”, “movimento da Escola Nova”, ou afins, não se desconsidera a pluralidade de visões, bem como os diferentes projetos em disputa no período recortado, e já amplamente analisados em diferentes perspectivas (VIDAL, 2011; CARVALHO, 2011a; CARVALHO, 2011b, SAVIANI, 2007; NAGLE, 2009). Como o foco é a discussão da repercussão das reformas inspiradas pelo movimento no Paraná na formação de professores, não há o aprofundamento na discussão dos embates, por exemplo, com os católicos, ou da apropriação do ideário escolanovista por

educadores católicos, que levou a uma espécie de escola nova católica. (SAVIANI, 2007)<sup>4</sup>.

As discussões realizadas partem também da premissa de que todo projeto de educação é antes um projeto de sociedade. A partir da perspectiva da ação do Estado se pode compreender a sistematização da educação escolar no Paraná, de modo mais amplo, mas também a necessidade de formar professores para atuar nessas escolas.

Entende-se, aqui, o Estado

[...] como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) (GRAMSCI, 2011, p. 267)<sup>5</sup>.

A partir da modernidade, ele assume o papel de educador e age no sentido de construir uma hegemonia e consenso.

Do ponto de vista geográfico, esta pesquisa delimitou como recorte o Norte Pioneiro Paranaense. Entende-se que os estudos sobre a história local e regional podem ser realizados a partir de uma perspectiva de análise mais ampla que considere as relações entre os homens em uma perspectiva dialética. A opção por estudar a história da educação no Norte Pioneiro se refere ao objeto e não ao método.

---

<sup>4</sup> No Paraná o debate entre clericais e anticlericais na organização do ensino marcou o ambiente cultural curitibano nas primeiras décadas do século XX. O principal marco foi a realização em 1927 na cidade da Primeira Conferência Nacional de Educação organizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE) em parceria com o Estado do Paraná, com maior presença de representantes do grupo católico, dentre eles, o então Inspetor Geral da Instrução Pública, Lysimaco Ferreira da Costa. (VIEIRA, 2001). Assim, há a forte presença no início do movimento renovador no Paraná do grupo católico, que tinha igualmente forte relação com o governo do Estado, sobretudo com Caetano Munhoz da Rocha (MORENO, 2003).

<sup>5</sup> Os diversos escritos de Gramsci nos quais são discutidas as questões sobre o Estado foram reunidos e publicados por Coutinho (2011).

[...] a partir de uma mesma orientação teórico-metodológica, pode-se pesquisar a história da educação local, regional ou nacional. No entanto, não é incomum o entendimento de que tal ou qual perspectiva teórico-metodológica valoriza os estudos locais, ao passo que outra não as valoriza. (SAVIANI, 2012, p. 18-19).

Olhar para o micro ou para o macro é uma questão de definição de objeto, não necessariamente de método, e optar por olhar para o mundo a partir do microscópio não significa rejeitar e considerar antiquados os telescópios. (HOBSBAWM, 1998). Dessa maneira, esta pesquisa partiu da história regional, especificamente do Norte Pioneiro Paranaense, mas a inseriu em um contexto mais amplo.



## CAPÍTULO 01

### Trajatória histórica da Escola Normal no Paraná

Este capítulo contextualiza a formação de professores no Paraná, a fim de compreender os regulamentos, leis especiais, decretos e reformas que organizaram os cursos normais no Estado, considerando, sobretudo, a ação e papel do Estado na elaboração e aprovação dessas leis.

O objetivo de apresentar a trajetória da Escola Normal no Paraná em uma perspectiva histórica é o de compreensão e análise do contexto que envolve a criação de Cursos e Escolas Normais no Paraná, mais especificamente, no Norte Pioneiro. Também se faz necessário inserir esse processo de ampliação e consolidação de instituições para formação de professores no Estado ao movimento nacional de renovação da educação, conhecido como movimento escolanovista.

A trajetória da Escola Normal como modelo de formação de professores passa de uma descentralização e descaso por parte do governo central do império durante o século XIX para uma valorização e expansão gradativas a partir do ideal republicano no final do século XIX, e, sobretudo, a partir do movimento renovador nos anos 1920. Todavia, o sistema federativo adotado após a Proclamação da República no Brasil manteve a autonomia dos Estados federados na organização e sistematização da educação primária e secundária, descentralização já presente desde o Ato Adicional de 1834. Desse modo, a partir da República, os Estados deveriam ser responsáveis por prover recursos financeiros e humanos para a educação escolar, exceto o ensino superior.

No século XIX aconteceram as primeiras iniciativas de criação de Escolas Normais no Brasil a partir do modelo francês. Elas coincidem com um projeto descentralizador por parte do governo central, bem como “[...] com a hegemonia do grupo conservador,

resultando das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia e impor seu projeto político”. (TANURI, 2000, p. 63). Precisa ser considerado, sobretudo, que a sociedade brasileira era escravocrata e não se pode ainda pensar em um projeto de educação popular.

Um século antes, na Europa, houve intensa discussão acerca da profissionalização docente. Um dos principais pontos era a da laicização do professor, antes religiosos e sob a tutela da Igreja. Com a consolidação dos Estados Nacionais Modernos, as autoridades estatais assumem a tarefa de regulamentar e contratar professores. A primeira preocupação dizia respeito à uniformização dos critérios para a seleção desses profissionais, instituindo uma licença emitida pelo Estado para que o professor pudesse lecionar. (NÓVOA, s.d.). Isso levou à elaboração e exigência de uma série de requisitos que exigiram uma preocupação com a especificidade na formação desses professores.

O processo de estatização do ensino consiste, sobretudo, na substituição de um corpo de professores religiosos (ou sob o controle da Igreja) por um corpo de professores laicos (ou sob o controle do Estado), sem que, no entanto, tenha havido mudanças significativas nas motivações, nas normas e nos valores originais da profissão docente. (NOVOA, s.d., p. 15).

Assim, as Escolas Normais surgem como uma conquista no que se refere à profissionalização. Todavia, manteve como legado as marcas de uma carreira associada à vocação.

No Brasil, foi apenas às vésperas da República que se intensificaram os debates acerca da organização da educação escolar e especialmente de uma instrução popular. Ao analisar o amplo debate gerado para organização da educação primária, Carlota Boto (1999) destaca que foi no final do século XIX que a instrução popular passa a ser entendida pelo poder público como um projeto e como “[...] estratégia imprescindível à marcha do progresso”. (BOTO, 1999, p. 257). Esse projeto está ligado em

grande parte ao intento do pensamento iluminista republicano fortemente influenciado pelas ideias positivistas em colocar o Brasil no mesmo patamar das nações mais desenvolvidas, visando um projeto de progresso que incluía também a ideia de desenvolvimento cultural.

Tal preocupação pode ser percebida também nos primeiros anos da República no Paraná, e a elaboração de políticas públicas para organizar a educação no Estado foi precedida também de intensos debates<sup>6</sup>.

O projeto de estender a todo território nacional as condições técnicas e materiais para a educação do povo tinha como desafio as largas dimensões do país, bem como sua diversidade cultural. (VIDAL, 2011).

Se nas primeiras cinco décadas do século XIX a Escola Normal como modelo para formar professores não passou de “[...] ensaios rudimentares e mal sucedidos”, no final do século diversos projetos apresentados às vésperas da República indicam uma maior preocupação do governo central, ao menos no papel, em criar e manter Escolas Normais imbuídas do ideário das luzes (TANURI, 2000, p. 66).

Uma das frases mais citadas nos estudos sobre a Escola Normal no Brasil sobre a efemeridade e insucesso das Escolas Normais é a de um relatório sobre a instrução pública apresentado pelo presidente da província do Paraná, Polidoro Cezar Burlamaque no ano de 1867. Nele, apesar de reconhecer a necessidade da criação de mais escolas primárias, bem como de Escolas Normais para preparar professores, destacava que a província não estava preparada para tais despesas, consideradas ainda muito altas em relação ao pouco interesse de pais, alunos e mesmo dos professores. Utiliza a metáfora da planta exótica para

---

<sup>6</sup> Sobre o tema há a consistente análise dos debates sobre a organização da educação no Paraná que antecederam a elaboração da Constituição do Paraná em 1892, e que deram origem a uma série de políticas públicas para organizar a educação no Estado, realizada por Machado e Cury (2013).

destacar o caráter efêmero de tais instituições naquele momento histórico, argumentando que aqueles que se dedicavam ao magistério o faziam por não desejarem ter outra profissão. Aliado a isso, destaca a falta de reconhecimento do trabalho do professor pela sociedade, e indica a necessidade de que houvesse investimento para instalar Escolas Normais na província por parte do governo central. A saída apresentada pelo relatório é a de que existe uma possibilidade mais plausível para a província no Paraná: a da formação do professor na prática. (PARANÁ, 1867a, p.32).

Apesar de nosso recorte ser ulterior a esse relatório, trazer à discussão seu conteúdo marca como a recém-autônoma província do Paraná tratou a formação de professores em sua história. Quase uma década depois desse relatório, em 1876, o Paraná teve a criação de sua primeira Escola Normal na capital Curitiba. (MIGUEL, 2008b)

Já no período republicano, muitas foram as tentativas em organizar, ao menos no que se refere à formalização com a elaboração de leis, a educação no Paraná. Foram elaborados e aprovados diversos regulamentos na tentativa de sistematizar a educação no Estado nos parâmetros de um ideal iluminista republicano, que contemplava a educação escolar em seu potencial na construção de uma civilidade, de uma moral e mesmo de mantenedora da ordem. É preciso ressaltar, entretanto, que essa preocupação expressa na legislação não significa a existência de medidas mais concretas. (WACHOWICZ, 1984; MIGUEL, 2008a).

Essa sistematização, ou pelo menos o interesse do governo do Estado em direcionar seus esforços na tentativa de organização da educação escolar nas primeiras décadas da república, recebeu a influência dos modelos da Europa e dos Estados Unidos. Algumas mudanças introduzidas inspiradas por esses modelos foram o ensino seriado, a criação de níveis de ensino e a divisão da escola primária em simples e intermediária. (OLIVEIRA, 2001).

Há que se ressaltar ainda a intensa crença, sobretudo a partir da influência tanto das ideias positivistas quanto liberais e

democráticas, do poder regenerador da escola e seu potencial para formar o sentimento cívico e patriótico a fim de despertar um nacionalismo. Essa crença se fortaleceu sobretudo após a Primeira Guerra Mundial. (OLIVEIRA, 2001; TANURI, 2000).

Concomitante à preocupação do governo paranaense em organizar a educação escolar estava a atenção para a necessidade de formar professores para atuarem no ensino primário. Nesse contexto, a Escola Normal assumiu o papel de formar esses professores a fim de desenvolver melhor orientação pedagógica. (OLIVEIRA, 2001).

O período denominado de Primeira República ou República Velha (1889-1930) foi marcado pelo poder das oligarquias regionais de Minas Gerais e São Paulo e pelo coronelismo em uma política que ficou conhecida como café-com-leite. Apesar de mudanças significativas do que concerne às relações de trabalho com a abolição da escravidão e a chegada de imigrantes, as oligarquias locais e regionais ainda exerciam forte pressão e direção nas ações do Estado. Foi também um momento de “[...] estreitamento das relações brasileiras com o grande capital” e que favoreceu os interesses de uma elite agrária em detrimento de uma industrialização no país (MONTEIRO, 1990, p. 305).

Com o deslocamento do eixo econômico do país do Nordeste para o sudeste, da exportação da cana de açúcar para o café, São Paulo passou a exercer pressão política no governo central devido ao seu destaque econômico e, assim, tinha recursos e possibilidades de investir na organização da estrutura educacional (OLIVEIRA, 2001).

O modelo paulista foi o ponto de partida para as reformas na educação no Paraná. Todavia, a distância entre as medidas “[...] inapropriadas à realidade socioeconômica, evidenciaram o grau de distanciamento entre o que se pretendia fazer e o que se podia fazer” (OLIVEIRA, 2001, p. 145).

Com as mudanças nas relações de trabalho no Paraná, a chegada de imigrantes, bem como o intenso processo migratório de paulistas e mineiros para a região mais ao norte do Estado, houve

a necessidade de ligar esses núcleos de povoamento à capital, ao porto de Paranaguá, bem como investir em infraestrutura a partir da construção de obras públicas, e isso incluía a construção de prédios escolares.

A região do Norte Pioneiro era, nos anos de 1920, principalmente produtora de café, porém, devido à proximidade geográfica e estrutural por meio de redes de malha ferroviária que ligavam a região ao estado de São Paulo, o escoamento da produção acontecia via porto de Santos, não de Paranaguá. A esse momento Wachowicz (1987) denominou “perigo paulista”. Era preciso “paranizar” o Norte Pioneiro, e a presença do Estado era fundamental. Isso se deu a partir da abertura de estradas, construção de ferrovias e prédios públicos, entre eles, prédios escolares.

Assim, a organização escolar no Estado, que vinha do período provincial continuou por iniciativa do governo, por meio da criação de escolas públicas e subvencionadas, que foram sendo instaladas em centros urbanos, nas regiões do Paraná tradicional e, gradativamente, nas novas regiões que foram sendo ocupadas. (OLIVEIRA, 2001, p. 146).

Nesse período já se pode perceber a preocupação por parte do governo do Paraná em instalar escolas e formar professores no norte e no oeste do Paraná, novas regiões (re) ocupadas no Estado. (PARANÁ, 1924-1928).

Também foi desencadeado no Brasil a partir do segundo decênio do século passado um processo de sistematização do campo educacional impulsionado pelo movimento renovador. Essa organização

[...] implicava a profissionalização da atividade dos educadores, de modo geral, e dos professores, em particular. E a profissionalização, por sua vez, implicava uma formação específica, o que se iniciou no século XIX com as tentativas intermitentes de criação de Escolas

Normais para a formação de professores primários, as quais vieram a adquirir alguma estabilidade no século XX. (SAVIANI, 2008, p. 32).

Nesse contexto se fortaleceu a defesa da educação popular e expansão do número de escolas isoladas para conseguir atender a tal objetivo. A partir da reforma de Sampaio Dória no estado de São Paulo há uma inversão na

[...] lógica que vinha orientando a institucionalização e a expansão da escola pública no estado, ao pôr em cena um programa de inclusão escolar das populações até então marginalizadas fundamentalmente comprometido com duas metas principais: a erradicação do analfabetismo e a difusão de um modelo escolar de educação básica capaz de promover a formação do cidadão republicano (CARVALHO, 2011a, p. 05).

Apesar de não ter se concretizado e sido revogada muito rápido, a lei gerou e alimentou amplo debate de ideias acerca da erradicação do analfabetismo e da ideia de formação do cidadão republicano. Também fazia parte da reforma paulista a nacionalização do ensino via uma educação moral e cívica, tanto para brasileiros como para integrar imigrantes. (CARVALHO, 2011b). A exemplo do governo federal, o estado do Paraná determinou em lei o ensino de língua portuguesa em escolas particulares estrangeiras, já previsto no código de ensino de 1917 (OLIVEIRA, 2001).

A partir desse debate, capitaneado sobretudo pelos renovadores, foram evidenciadas as principais críticas à formação de professores nas Escolas Normais. Assim, surgiram muitas propostas de reformulação no conteúdo dessas escolas, iniciadas no Distrito Federal e São Paulo. (SAVIANI, 2008).

A maior crítica recaía sobre o modelo híbrido desses cursos: formação de cultura geral e de cultura profissional. A partir disso, Anísio Teixeira (1900-1971) propôs um modelo de formação de professores. Para ele, os cursos deveriam seguir 3 eixos,

compreendendo cursos de fundamentos profissionais, cursos de conteúdo profissional e cursos de integração profissional: “[...] a Escola Normal, agora transformada em Escola de Professores, empenhou-se em pôr em prática o modelo proposto por Anísio Teixeira”. (SAVIANI, 2008, p. 33).

Esses modelos foram implantados nos então nascentes Institutos de Educação paulista e carioca. O movimento renovador certamente ecoou no Paraná e houve a proposta de reformas para a Escola Normal. Sobre os ecos dessas reformas da Escola Nova no Paraná se destacaram as atuações de Cesar Prieto Martinez (1881-1934) e Lysimaco Ferreira da Costa (1883-1941), em sua fase inicial, e Erasmo Pilotto (1910-1992), que colaborou para a consolidação do ideário (MIGUEL, 2011).

Apesar dos esforços do governo do Estado do Paraná em regulamentar a educação, percebido a partir dos relatórios e mensagens de governo, na elaboração de códigos de ensino e regulamentos, a expansão de Escolas Normais aconteceu apenas nas décadas seguintes. Apenas após a estabilidade administrativa conquistada a partir da revolução de 1930 foi possível atender às emergentes necessidades educacionais, tanto na expansão da instrução primária quanto na preocupação em formar professores<sup>7</sup>.

Ao final da Primeira República o Paraná chegou a uma estrutura na organização do ensino primário que não se alterou significativamente nos anos posteriores. Após o código de ensino de 1917 apenas foram feitas adaptações necessárias para adequar o ensino primário ao secundário, seja em nível ginásial ou na Escola Normal. (OLIVEIRA, 2001).

No que se refere à Escola Normal, a partir de 1917 sua importância continuou restrita ao nível regional, pois não possuía

---

<sup>7</sup> Os primeiros anos da República no Paraná foram de muita instabilidade: nas duas primeiras décadas estiveram na presidência do Estado 30 diferentes presidentes ou vice-presidentes em caráter interino, a maioria por menos de um ano. Os dados sobre todos os presidentes e governadores do Paraná podem ser acessados na página da Casa Civil no seguinte endereço: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=95>. Acesso em 28 Fev. 2017.

a mesma abrangência dos cursos ginasiais. Há uma dualidade no ensino secundário: o ginásio, destinado aos rapazes, possibilitava o acesso ao ensino superior. Já a escola normal, destinada preferencialmente às moças, não oferecia a mesma possibilidade de ingresso às faculdades (OLIVEIRA, 2001). O código previa a existência de escolas intermediárias, com duração de dois anos “[...] destinadas a habilitar alunos para a matrícula no Ginásio e na Escola Normal” (PARANÁ, 1917, p. 49)<sup>8</sup>.

Para compreender o processo de criação e ampliação dos cursos e Escolas Normais nas décadas seguintes é necessário destacar que entre os anos de 1920 e 1961 foi o período de principal influência das ideias da Escola Nova no Estado. Tanuri (2000) considera esse momento como de expansão e consolidação das Escolas Normais em todo o país.

O modelo de sistematização e reorganização da escola paranaense foi o paulista:

A atuação dos reformadores paulistas nos anos iniciais do novo regime permitiu que se consolidasse uma estrutura que permaneceu quase que intacta em suas linhas essenciais nos primeiros 30 anos da República e que seria apresentada como paradigma aos demais estados, muitos dos quais reorganizaram seus sistemas a partir do modelo paulista [...] (TANURI, 2000, p. 68).

Essas reformas do início da República foram responsáveis por transformar em projetos de Estado os anseios e as ideias acerca da instrução pública das elites republicanas paulistas. (TANURI, 2000).

A partir das reformas iniciadas em São Paulo, o Paraná enviou uma comissão de professores nos anos de 1918 e 1919 para conhecer tais mudanças. A influência mais direta que se pode destacar nesse contexto é a atuação de Cesar Prieto Martinez como inspetor geral do Ensino no Estado do Paraná. Martinez era diretor da Escola

---

<sup>8</sup> A ortografia dos documentos foi atualizada a fim de facilitar a leitura.

Normal de Pirassununga, onde também atuou Lourenço Filho que implantou a reforma no Ceará (MIGUEL, 2011).

Sua principal ideia norteadora era a da escolarização como motor para o progresso. A primeira etapa da reforma proposta por Martinez foi no ensino primário. Ela incluía, entre outras propostas, a de reinstalar escolas nos lugares onde houvesse maior número de população escolar, uniformizar os livros didáticos utilizados e priorizar a alfabetização. (PARANÁ, 1920).

Nesse contexto de reformas o Estado passa a uma tendência em considerar o ensino a partir de um sistema e o professor a partir da relação entre patrão e empregado. A qualificação técnica do trabalho do professor passou a ser entendida como solução aos problemas de ensino. (WACHOWICZ, 1984).

Para a Escola Normal Martinez propôs, além da separação do Ginásio Paranaense, uma reforma curricular do curso preparatório para o ingresso. Mas a medida mais significativa que evidencia a influência da pedagogia nova foi a criação do Grupo Escolar anexo à Escola Normal como escola de aplicação para os futuros professores.

Essa reforma preparou a consolidação da Escola Normal nos períodos precedentes e foi, sobretudo, marcada pelo novo prédio inaugurado em 07 de setembro de 1922, que recebeu o nome de Palácio da Instrução, denotando a valorização da educação enquanto mola propulsora do caráter nacional [...] (MIGUEL, 2011, p. 123-124).

Martinez enfatiza a necessidade de modificar o programa da Escola Normal, sobretudo no que se referia às “[...] cadeiras de Pedagogia.” (PARANÁ, 1920, p. 15). Destaca ainda a construção do novo prédio, e da importância das escolas anexas à Escola Normal como modelo para a organização dos grupos escolares de todo o Estado (PARANÁ, 1920).

Na ocasião, havia apenas a Escola Normal de Curitiba. O inspetor ressalta a importância de ampliação da formação e reconhece que, apesar de o ideal ser a atuação de professores

primários formados pela Escola Normal, o Estado não oferecia condições ainda para tanto. Por essa razão, sugere a criação de mais duas escolas normais em Ponta Grossa e em Paranaguá. (PARANÁ, 1920).

Apesar de iniciada por Martinez, foi a partir da atuação de Lysimaco Ferreira da Costa que a Escola Normal no Paraná se transformou em Escola Normal Secundária a partir de 1923. Promoveu a sua reforma a partir de sua atuação como diretor do chamado Palácio da Instrução em Curitiba. Marcada já pela mudança de prédio, a escola de formação de professores da capital do estado

[...] indicava a nova conotação que o governo imprimia à formação de professores, enquanto modo de instruí-los para que educassem (e formassem) o povo, dentro dos princípios republicanos de progresso inseridos na ordem estabelecida. (MIGUEL, 2011, p. 124).

Esse esforço era do governo do Estado, mas também um projeto da elite a partir do conceito ampliado de Estado em Gramsci, que engloba a sociedade política e a sociedade civil (GRAMSCI, 2011). Houve uma expectativa de que os municípios auxiliassem no que diz respeito à conservação dos prédios escolares. Nesse projeto, pode ser destacado que a ampliação da educação para o povo no Estado estava atrelada a um projeto de diminuição da pobreza. (MIGUEL, 2011).

Outro ponto da reforma é a preparação dos alunos para o mundo do trabalho. A ampliação da proposta de alfabetização, acrescida da educação moral e cívica, bem como os trabalhos manuais, para combater o analfabetismo, disciplinar para os trabalhos e transformar a indolência do povo em uma atividade produtiva. (COSTA, 1995).

Para que tudo isso se concretizasse como projeto de Estado, entretanto, era necessário formar esse professor imbuído desse ideal de progresso e formação cívica, ou ainda, de educador do

povo. Na proposta de Costa era preferível que houvesse poucas e boas escolas do que muitas de má qualidade. (MIGUEL, 2011).

Lysimaco Ferreira da Costa, ao propor a reforma para a Escola Normal se dirige sobretudo às mulheres. Para ele, “Ninguém mais apto que a mulher para o exercício de tão nobres misteres e a formação de nossas mulheres mestras deve ser o objetivo primordial das nossas Escolas Normais” (COSTA, 1995, p. 130). A procura pela Escola Normal, destinada apenas a homens em sua concepção inicial no século XIX, já havia passado no Paraná por um processo de feminilização, especialmente após a criação da Universidade Federal do Paraná em 1912 (MIGUEL, 2011). Os poucos recursos do Estado no início da República direcionaram sua política para a racionalização acompanhada de inspeções técnicas. Há a ênfase na ideia do professor como apóstolo cívico, sem preocupações com os vencimentos. Isso, aliado à tendência naturalizada no período de que as mulheres assumissem cada vez mais o ensino elementar, possibilitou manter os vencimentos dos professores cada vez mais baixos. (WACHOWICZ, 1984).

As reformas promovidas por Costa se inserem em uma “[...] fase que se segue à Primeira Guerra e se prologa por toda a década de 1920”, em um contexto nacional de “[...] preocupação e entusiasmo pela problemática educacional em âmbito internacional e nacional” (TANURI, 2000, p. 70).

Aconteceram, assim, reformas estaduais tanto no ensino primário quanto no ensino normal, que rumaram para consolidar uma formação no curso normal cada vez mais direcionada para a formação técnica e profissional, com a consolidação e ampliação de cursos elementares como preparatórios para o ingresso no ensino normal, o que levou a uma divisão em dois ciclos para a formação de professores. No Paraná se pode observar tal direção na reforma de Costa. Sua proposta era a de uma formação em quatro anos e meio. Nos três primeiros anos uma formação geral e um curso especial com duração de um ano e meio.

As mudanças por ele promovidas em Curitiba incluíram a substituição de livres-pensadores do Ginásio Paranaense por

normalistas recém-formadas, a defesa da indicação de professores para a Escola Normal em detrimento da realização de concursos o que, para ele, garantiria sua submissão ao diretor e ao Estado. (MIGUEL, 2011).

O programa do curso Normal tinha o intuito de formar e disciplinar o homem para o trabalho e indica ainda a preocupação com a educação do homem do campo. (MIGUEL, 2011).

A reforma empreendida por Lysimaco Ferreira da Costa na Escola Normal de Curitiba, em que se considera a aplicação mecânica dos passos formais de Herbart, apesar das críticas de Pilotto, representou a introdução dos normalistas em uma formação sistemática, racionalizadora e com objetivos bem específicos: o professor era, na ótica do governo, seu funcionário e mediador da educação disciplinadora do povo, principalmente do habitante das zonas rurais. Enquanto disciplinador e formador tinha também ele que ser obediente à voz do Estado. (MIGUEL, 2011, p. 128).

Ainda sobre a questão profissional predomina a visão da atuação do professor como sacerdócio. Era preciso aliar a formação científica ao amor à profissão: “O bom educador, o educador completo, aquele que tem mais probabilidades de vencer é o que alia ambos os elementos: a ciência e o gosto por ensinar” (PARANÁ, 1920, p. 21). Em suas “Bases Educativas para a Organização da Nova Escola Normal do Paraná” assinala que “[...] o exercício do magistério, todos sabem, não dá para fazer fortuna” (COSTA, 1995, p. 130).

Considerava o patriotismo e a colaboração com a comunidade aspectos importantes na atuação do professor primário. Defendia uma formação pautada na boa conduta, no respeito à lei e às autoridades, assim como às instituições:

O professor primário não deve fazer do exercício do seu cargo um mero ofício para se viver; precisa pôr, acima das funções que exerce, um pouco de alma patriótica e de sentimentos nobres em favor de seus irmãos [...] (COSTA, 1995, p. 130).

Apesar dos esforços, da ampliação da parte pedagógica nas diversas reformas e das críticas, a Escola Normal chegou ao final da primeira República ainda como um curso híbrido, e, segundo Tanuri (2000), uma espécie de ginásio menos organizado para mulheres.

Em síntese, no movimento inicial de influência das ideias da Escola Nova no Estado, coincidente com o momento nacional de *expansão e consolidação* das Escolas Normais nos primeiros anos da República (MIGUEL, 2011; TANURI, 2000) houve uma política de Estado no sentido de criar e indicar a necessidade de ampliação de sua presença nas novas regiões (re) ocupadas no Estado a partir da preocupação em fundar escolas para formação de professores.

A partir desse projeto de expansão foi criado o primeiro Curso Normal Complementar no Norte Pioneiro Paranaense. Em mensagem ao Congresso Legislativo no ano de 1926, o então presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (1879-1944) indica a necessidade de formar professores no Norte do Paraná. Para atrair professores e compensar as duras condições de vida criou uma gratificação aos interessados em atuar na região. Os poucos professores existentes não possuíam mais que o curso primário. Dessa forma, anuncia a criação, em caráter emergencial, da Escola Normal Complementar. Se no código de ensino de 1923 o regulamento previa para as escolas intermediárias a duração de dois anos, devido ao caráter provisório e emergencial, essas escolas teriam duração de um ano. Seu programa seria assim distribuído: pela manhã seria ministrado o aperfeiçoamento nas matérias de Português, Aritmética, Geografia, História, Moral e Educação Cívica e Noções teóricas de Pedagogia; o período da tarde seria destinado ao Ensino Prático no modelo de Escola de Aplicação. Esses cursos deveriam ter a sede no Grupo Escolar. Essa previsão parece uma solução imediata para formar os professores e, ao mesmo tempo, suprir com a Prática de Ensino em um período a falta de professores, uma vez que essas escolas deveriam ser sediadas nos Grupos Escolares. Deveriam funcionar até quando

fosse necessário formar professores para a localidade e depois poderiam ser extintas ou transferidas para outro município. (PARANÁ, 1926).

No relatório sobre a instrução pública no período de 1924 a 1928, Caetano Munhoz da Rocha noticia o funcionamento da Escola Normal Complementar em dois municípios do Estado: Jacarezinho e Guarapuava. Apresenta o número de alunos formados e o registro de exames finais no final do ano letivo de 1927, bem como a realização de concurso no início de 1928. (PARANÁ, 1924-1928).

O relatório ainda apresenta os resultados dos exames naquele período da Escola Normal Complementar de Jacarezinho: “[...] a matrícula foi de 25 alunos; destes 16 submeteram-se aos exames deixando de comparecer 9. Dos examinados 10 foram aprovados e 6 reprovados” (PARANÁ, 1924-1928, p. 08). Na sequência, destaca que as candidatas (o que nos indica que todas eram mulheres) foram nomeadas professoras em caráter efetivo, não apenas na cidade como também em municípios da região. No mesmo relatório destaca a necessidade de criar mais duas escolas normais: uma no norte e outra no oeste do Estado. A primeira Escola Normal da região Norte Pioneiro foi criada mais de uma década depois da indicação da necessidade no relatório, no ano de 1938.

Assim, na década de 1920 foi mapeada a existência de apenas um curso de formação de professores no Norte Pioneiro, em caráter complementar e emergencial, e que tinha entre seus matriculados apenas mulheres. No que se refere ao quadro de escolas para formação de professores, no final da Primeira República em todo o Estado do Paraná funcionavam duas Escolas Normais Primárias, uma em Paranaguá e outra em Ponta Grossa, uma Escola Normal Secundária na capital, já separada do Ginásio e funcionando em prédio próprio, e as duas Escolas Normais Complementares em Jacarezinho e Guarapuava (PARANÁ, 1924-1928; PARANÁ, 1926).

Um dos componentes modernizadores das reformas iniciadas no Paraná foi a inspeção técnica, vista como possibilidade de melhoria do sistema. Todavia, a inspeção no âmbito local se configurou em um problema, uma vez que o trabalho não era

remunerado e as funções eram muitas. Muitas vezes os juízes distritais tiveram que assumir essa tarefa. (WACHOWICZ, 1984).

Além disso, à medida que ocorreu a expansão de escolas e funções nos municípios, com as figuras dos inspetores, sub-inspetores e diretores de grupos escolares, cresceram também os conflitos, que indicavam as contradições entre o poder central e o poder local e seus papéis nesse processo de expansão da instrução pública no Paraná. Um exemplo é a representação enviada em 1929 pelo inspetor escolar de Jacarezinho, Segismundo Falarz, contra o sub-diretor de ensino do Estado e o diretor do grupo escolar da cidade, com a acusação de que o diretor era protegido por não serem consideradas suas inúmeras faltas no trabalho. No mesmo ofício aponta irregularidades no ensino noturno destinado a operários e pessoas pobres. A resposta dada pelo governo central foi a de que o inspetor estaria realizando tais denúncias por uma questão pessoal: sua filha teria sido reprovada na Escola Normal Complementar, que estava sob a direção do diretor do grupo. Do mesmo modo, são registrados nos ofícios enviados ao diretor geral do ensino atritos entre inspetores e professores. (WACHOWICZ, 1984).

A Escola Normal chegou ao final da Primeira República como um modelo de formação híbrido, com mais atenção às humanidades e ciências que aos aspectos específicos da profissão. A definição da Escola Normal como modelo de formação de professores somente aconteceu após a década de 1930, a partir de reformas realizadas em diferentes estados do país. (TANURI, 2000).

A partir da revolução de 1930 houve um intenso movimento no sentido de centralizar e organizar a educação nacionalmente. Foi um momento marcado politicamente pela disputa e controle do Estado, ainda pelas oligarquias, e que levou a uma ação estatal por parte do governo de Getúlio Vargas (1882-1954) no sentido de centralização e nacionalização do poder decisório em sobreposição ao regionalismo (MENDONÇA, 1990).

A Escola Normal instalada em Curitiba foi o espaço de aplicação das ideias escolanovistas no Paraná, tanto na década de

1920 com as reformas propostas por Cesar Prieto Martinez e Lysimaco Ferreira da Costa, quanto nas décadas seguintes por ação de Erasmo Pilotto, quando houve a ampliação da compreensão do papel da educação como projeto de Estado.

As ideias do movimento escolanovista acerca da formação de professores tiveram como espaço de aplicação no Paraná

[...] a Escola de Professores de Curitiba (1938-1946) e foram orientadas pela ação de Erasmo Pilotto, para depois se expandirem nas escolas que abriram no estado acompanhando a ocupação populacional de seu território (1946-1961), impulsionadas ainda por Pilotto. (MIGUEL, 2011, p. 128).

As reformas da Escola Normal e expansão para o interior se inserem no contexto do movimento ruralista, importante tendência que impactou de modo particular o ensino normal (TANURI, 2000). A criação de Escolas Normais Rurais, ou Regionais, visava preparar professores para a atuação no meio rural, mas ia além da localização. Significava a inclusão no seu currículo de agronomia e higiene rural a fim de preparar e fixar o homem do campo.

As reformas de Pilotto tinham inspiração nesse modelo, sobretudo a partir da experiência do México após a revolução de 1927<sup>9</sup>. (MIGUEL, 2008a). O decreto n. 6150, de 10 de janeiro de 1938 transformou as Escolas Normais no Paraná em Escolas de

---

<sup>9</sup> Após a Revolução no México em 1927 foi criada uma política educacional baseada na criação de Escolas Rurais, em uma perspectiva de autonomia de gestão e de formação para a coletividade: “La Escuela Rural no considera a la comunidad del modo tradicional, ni toma al individuo separadamente como sujeto activo de la educación, sino que concibe a aquélla socialmente em su conjunto, como impulsora de su propio desarrollo y, por tanto, como la unidad completa a que la escuela se integra” (SOLANA; REYES; MARTÍNEZ, 2001, p. 203). Apesar da inspiração da Escola Nova a esse modelo da revolução, sua doutrina social no Brasil esteve atrelada a um projeto do Estado republicano liberal, que difere em seu objetivo da doutrina social sob a qual se embasou o projeto de escolas rurais no México. As Escolas Normais Rurais no contexto mexicano pretendiam formar o professor para a emancipação crítica, não apenas para sua inserção e fixação no meio, tal como o projeto desse tipo de escola foi concretizado no estado do Paraná.

Professores a partir da fusão das Escolas Normais de Curitiba e de Ponta Grossa aos respectivos Ginásios Estaduais de cada município. Nesse mesmo ano, foi inaugurado o prédio do Ginásio de Jacarezinho, onde passou a funcionar também a Escola Normal. (PARANÁ, 1938).

O modelo da Escola de Professores vinha das reformas dirigidas por Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, no Distrito Federal e em São Paulo, respectivamente. Segundo Tanuri (2000), a introdução das ideias do movimento escolanovista na legislação escolar após amplo debate mediante conferências e publicações na década de 1930 resultou em “[...] novas e significativas remodelações no âmbito da escola normal [...]” (TANURI, 2000, p. 72). Também Saviani (2007) destaca que o período que vai de 1932 a 1969 compreende o predomínio da pedagogia nova no que se refere às ideias pedagógicas no Brasil.

A Escola de Professores teria como objetivo formar professores primários, dar cursos de formação pedagógica destinados aos professores do ensino secundário bem como ofertar especialização para diretores e inspetores. Com tal mudança, houve maior centralidade nas disciplinas pedagógicas no programa do curso de formação para os professores primários. (TANURI, 2000).

Inspirado pelo modelo da Escola de Professores, os programas curriculares dos cursos da Escola de Professores no Paraná, bem como a sua duração, foram definidos pelo Código de Educação de 1937, aprovado sem discussão pela Assembleia Legislativa do Paraná por ocasião da implantação do Estado Novo (1937-1945). (OLIVEIRA, 2001). Desde 1930 o governo central vinha direcionando suas ações a fim de centralizar a regulamentação da educação em todo território nacional, com a criação de um Ministério da Educação e da Cultura. Do mesmo modo, “O ensino normal sofreu a primeira regulamentação do governo central em decorrência da orientação centralizadora da administração estadonovista” (TANURI, 2000, p. 75). O regulamento para os cursos de formação de professores no Paraná seria aprovado apenas um ano depois dessa mudança, em 1938, por meio do

decreto nº 6597/1938. Esse regulamento definia como objetivo das Escolas Normais o de formar professores para atuarem no ensino primário, o de promover investigações acerca das questões educacionais, bem como atuar constantemente como instrumento auxiliar no aperfeiçoamento do magistério no Paraná. A duração do curso seria de quatro semestres, denominados seções. (PARANÁ, 1938).

Erasmus Pilotto foi convidado a assumir a chefia da segunda e quarta seções da Escola de Professores, e, posteriormente, exerceu o cargo de assistente técnico da Escola de Professores de Curitiba. (MIGUEL, 2011)

A atuação de Erasmo Pilotto na Escola de Professores de Curitiba é considerada por Miguel (2011) como o momento de consolidação do ideário escolanovista no Paraná.

Como assistente, redefiniu algumas das finalidades da formação de professores na Escola de Professores. Para ele, além de formar professores primários, a Escola deveria ser um centro de cultura pedagógica, o que significaria uma investigação filosófica e experimental dos problemas educacionais. Também seria responsável pela popularização e difusão pedagógica, e, para além do Estado, chegasse aos responsáveis na família pela educação.

Nesse momento se destaca na proposta de Erasmo Pilotto para a organização da Escola de Professores de Curitiba a percepção do cunho científico da Pedagogia, bem como a defesa da ênfase na prática educacional. (MIGUEL, 2011).

Apesar da interlocução com as bases do movimento renovador, tais como Pestalozzi, Decroly e Montessori, Pilotto também dialogava com autores do movimento neopitagórico, como Gentile e Dário Velozzo, sobretudo na defesa de uma educação laica. (MIGUEL, 2011).

Também fazia parte da proposta de Pilotto para a organização da formação de professores no estado a criação de uma Escola Paranaense de Pedagogia, da qual participariam todos os professores do Estado, bem como de um Centro Superior de Pedagogia destinado aos alunos considerados melhores a partir

dos testes de inteligência realizados sob a influência da Biologia e Psicologia. Também centrava sua proposta na aprendizagem do aluno, defendendo espaços ativos, tais como o jornal “A Voz da Escola”. (MIGUEL, 2011; MIGUEL, 1994).

Há um discurso no movimento renovador de aproximação com a família e do qual Erasmo Pilotto compartilha. A ideia era a de que os professores, ao irem para o interior depois de formados, pudessem difundir a cultura, tanto das obras que leram como de discos que escutaram não apenas aos alunos, mas sim a toda a população.

Nesse contexto, a educação, em sentido amplo, passa a ser entendida como assunto do Estado e de seus especialistas. Ao mesmo tempo em que há um discurso por parte do movimento escolanovista de aproximação com os pais e responsáveis pelos alunos, coloca-os na condição de aceitar que a última palavra deveria ser a dos educadores profissionais. Assim, há a idealização no projeto do Estado de sistematização e expansão da educação da figura do professor como esse especialista, responsável por instruir nas letras e números, mas também como mediadores no diagnóstico e correção de costumes considerados nocivos praticados em suas casas. Os professores, bem como a escola, passam a ter papel relevante como “[...] dispositivo normatizador dos desviantes”. (CUNHA, 2011, p. 461).

Pilotto foi fundador do Instituto Pestalozzi em Curitiba, escola particular de caráter experimental. Quando as experiências realizadas nessa escola traziam bons resultados, elas eram ensinadas às normalistas, que aplicavam na Escola de Aplicação anexas à Escola de Professores. A Escola de Aplicação era composta de um grupo escolar de cinco séries e uma escola isolada (classe com alunos em diferentes níveis de aprendizagem). Essa experiência era, para Miguel (2011), contraditória. Se no ideal, a formação de todos se daria de modo igual a partir da cultura geral acumulada para que cada um desenvolvesse interesses a partir de uma categoria quase que universal, na prática, a escola selecionava,

classificava e os formava de forma diferenciada a partir da avaliação de desempenho individual.

Erasmus Pilotto concebia a Escola de Professores como “centro de cultura pedagógica”, onde haveria “investigação filosófica e experimental dos problemas da educação” (MIGUEL, 2008b, p. 157).

As Escolas de Professores funcionaram no Estado entre os anos de 1938 e 1946. No Norte Pioneiro funcionou uma Escola de Professores, na cidade de Jacarezinho, iniciada em 1943. Esse modelo de formação chegou até o Norte Pioneiro. No dia 1º de fevereiro do ano de 1943, no salão nobre do Ginásio Rui Barbosa, realizou-se o ato solene de instalação da Escola de Professores, criada pelo Governo do Estado do Paraná pelo decreto nº 1.514 de 12 de janeiro de 1943. Na sessão estavam presentes o Diretor do Colégio Rui Barbosa, Guido Arzua, o então prefeito João de Aguiar e parte do corpo docente. (ATA, 1943).

A proposta da Escola de Professores de Curitiba trouxe novas ideias, ao menos para o contexto educacional paranaense; nesse sentido funcionou como um celeiro, principalmente porque tais ideias espalharam-se pelo seu território. Mas funcionou também como laboratório do ideário da Pedagogia da Escola Nova, uma vez que os princípios, a metodologia e as técnicas foram ali implantadas (MIGUEL, 2008b, p. 159).

Nos anos de 1940 aconteceu nova reorganização do Ensino a partir de um conjunto de reformas idealizado pelo ministro da Educação de Vargas, Gustavo Capanema, que ficou conhecido como Leis Orgânicas.

A Lei Orgânica do Ensino Normal nº 3530 de 1946, reorganiza o ensino normal no país. Em 28 de janeiro de 1947 as Escolas de Professores então existentes no Estado voltaram a ser Escolas Normais, com exceção da Escola de Professores da capital, renomeada como Instituto de Educação. A lei menciona ainda as

Escolas de Professores de Paranaguá, Ponta Grossa, Jacarezinho e Londrina. (PARANÁ, 1947).

A lei Orgânica manteve uma dualidade na formação de professores. O primeiro ciclo do ensino normal formaria o regente de ensino primário, em cursos normais regionais com duração de quatro anos. Já o segundo ciclo da Escola Normal, com duração de três anos, formaria o professor de ensino primário. (BRASIL, 1946). Essa dualidade expressava as diferenças culturais e econômicas no vasto território nacional, que se manifestava também em território paranaense. Pela lei, os Cursos Normais Regionais formariam regentes nos lugares onde ainda não houvesse professores formados. O curso normal em segundo ciclo seria articulado ao ginásio. Também havia a indicação da criação de Institutos de Educação que também ofertariam cursos de especialização e formação a diretores, inspetores e professores. (MIGUEL, 2008b; PILOTTO, 1949).

Em 1949 Erasmo Pilotto assumiu a Secretaria de Educação e Cultura. O projeto principal do Estado do Paraná nesse contexto foi a interiorização da formação de professores. Nesse contexto o norte do Paraná atraía cada vez mais migrantes e imigrantes e fortalecia a produção de café. Havia nesse momento apenas quatro escolas normais além do Instituto de Educação na capital: Paranaguá, Ponta Grossa, Jacarezinho e Londrina. Pilotto considerava essa quantidade de escolas suficientes para formar professores para todo o Estado. Porém, a maioria se fixava na capital ou em cidades com mais condições de acesso. (PILOTTO, 1954).

Como solução para esse impasse, Pilotto propôs um projeto de interiorização para a formação de professores com a criação de Cursos Normais Regionais. Um dos objetivos seria a elevação cultural do homem do campo. O professor deveria ser o instrumento do Estado nessa tarefa, sobretudo pelo movimento de criação de núcleos urbanos. (MIGUEL, 2008b).

Esse modelo de formação de professores se expandiu pelas escolas paranaenses que foram fundadas no período de 1946 a 1961, nos municípios oriundos do desenvolvimento proporcionado pelas

lavouras de café, no norte do Paraná, e pecuária no sudoeste. (MIGUEL, 2011, p. 135).

À medida que pessoas eram atraídas para as novas regiões, isso inclui o Norte Pioneiro, fazia-se urgente a presença do Estado, representado pela figura do professor, que tinha essa incumbência de formador moral e cultural do povo.

Essa proposta de Pilotto se insere em um contexto mais amplo, pós- Segunda Guerra (1939-1945), que assistiu a uma bipolarização do mundo entre os blocos capitalista e soviético. Além dos dois blocos, cresceu a preocupação com aqueles países denominados terceiro mundo, ou subdesenvolvidos. Essa preocupação vem seguida de programas internacionais traçados, sobretudo para a América Latina, dirigidos pela UNESCO. No ano de 1948 aconteceu o “Seminário de Educação para a América Latina”, na cidade de Caracas, Venezuela. Nesse seminário, foram propostas medidas para o ensino primário e a proposta de formar em exercício os professores sem habilitação (MIGUEL, 2008b).

No que se refere à expansão ao interior, isso impactou notadamente no aumento na criação dos Cursos Normais Regionais no Norte Pioneiro nos anos de 1950. Enquanto foi mapeada apenas uma Escola Normal nas décadas de 1930 e 1940<sup>10</sup>, na década de 1950 foram criados 10 Cursos Normais Regionais, e nos anos de 1960 apenas 01. Também foram criadas no mesmo período Escolas Normais de nível Secundário, que acompanham a expansão dos ginásios no Estado a partir da garantia legal da gratuidade do Ensino Secundário e Normal no Estado. (PARANÁ, 1949). Assim, na região, foram criadas nos anos de 1960, além de um Curso Normal Regional, 07 Escolas Normais Colegiais (segundo ciclo do secundário).

Esse movimento de organização da educação escolar ligado a um ideal modernizador e de desenvolvimento se fortaleceu nas

---

<sup>10</sup> Além da Escola Normal Complementar em caráter emergencial criada em 1926. (PARANÁ, 1926).

décadas seguintes. Após amplos debates iniciados desde os anos 1920, conforme assinalamos, os educadores apontavam para a necessidade de organização nacional da educação. Essa preocupação perpassou gerações de renovadores da educação, que já em seu manifesto de 1932 assinalavam a necessidade de organização de amplo e único plano para a reconstrução da educação no país. (MANIFESTO, 1932). A partir do processo de redemocratização do país após 15 anos da Era Vargas (1930-1945), o movimento pela modernização do país atinge um de seus pontos mais significativos (CUNHA, 2011).

Após amplo debate em 1961 foi promulgada a primeira lei Federal que propôs lançar as bases de uma educação nacional, a Lei Federal nº 4024. (BRASIL, 1961). Para Saviani (1996), sua aprovação representou a conciliação desses interesses e concepções divergentes em disputa. Ao prevalecer a estratégia da conciliação, contudo, predominou o que o mesmo autor denominou de “democracia restrita”, ou seja, uma democracia restrita às elites, apesar de acenar para uma democracia plena em virtude de todo movimento pela redemocratização após a ditadura do Estado Novo. (SAVIANI, 1996).

No que se refere ao ensino normal ela manteve a estrutura dual da lei anterior: a formação de professores primários continuava dividida em dois níveis de ensino. A formação do regente primário aconteceria em nível ginásial e a do professor primário em nível colegial. Prevê ainda a formação em Institutos de Educação que, além de oferecer a formação de professores primários também ofertaria a especialização e formação de quadros administrativos da educação. Uma mudança significativa é a de que os professores primários formados pelos cursos colegiais e institutos de educação poderiam depois frequentar os cursos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. (BRASIL, 1961). Esse modelo perdurou até a reforma de 1971, pela lei 5692 que instituiu a formação de professores como modalidade técnica denominada magistério. (BRASIL, 1971). De modo geral, a Escola Normal:

[...] foi a matriz pedagógica republicana do ensino fundamental brasileiro. Formou professores primários que, nos Grupos Escolares, nas escolas isoladas, urbanas ou rurais, e nas escolas particulares empreenderam a tarefa de moldar uma nação republicana educando seus pequenos cidadãos. (NOSELLA; BUFFA, 2002)

Esse projeto de sociedade tinha na escola um dos espaços para que se produzisse e reproduzisse essa pretendida modernidade, tanto no âmbito econômico e social quanto nos métodos de aprendizagem, sobretudo com a predominância da Escola Nova.

Devemos compreender todo esse movimento de reformas no Paraná a partir da relação entre Estado e Educação. Nesse sentido, tanto as reformas de Lysimaco Ferreira da Costa quanto as de Erasmo Pilotto se inserem em um projeto do Estado de ampliação e sistematização da escola primária no Paraná, entendidas como caminho para o progresso, o desenvolvimento e para a consolidação da democracia. Isso incluía a ideia do professor como responsável pelo processo educativo no meio no qual fosse atuar, como uma extensão do próprio Estado.

Esse movimento estava em sintonia com o contexto nacional-desenvolvimentista e as propostas de modernização a partir de propostas nacionais e acordos assinados internacionalmente, como é o caso da implementação do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao ensino Elementar (PABAEE) do MEC-USAID (1957 a 1965), que tinha a princípio o objetivo prioritário de instruir professores das escolas normais no que se refere sobretudo aos métodos de ensino e com base na psicologia (TANURI, 2000).

Assim, o modelo da Escola Normal atravessou os anos de 1950 e 1960, até a sua extinção em 1971, ainda que com propostas de reformas, marcado pelo modelo dual de formação do professor em dois níveis, formando regentes e professores primários, com planos de carreira e remuneração distintas.



## CAPÍTULO 02

### **Contextualizar para inventariar: a Escola Normal no Norte Pioneiro Paranaense**

O objetivo deste capítulo é o de apresentar o mapeamento e seu processo de elaboração inseridos no contexto de (re) ocupação do Norte Pioneiro. Antes, contudo, insere-se no debate acerca das pesquisas que optam pelo recorte local ou regional em História da Educação a partir de um referencial da Nova Esquerda Inglesa, Eric Hobsbawm (1998) e de parte da historiografia da educação sobre a temática, para justificar o recorte espacial desta pesquisa em sua opção pela história regional, para, por fim, apresentar os dados do inventário a partir do contexto de (re) ocupação do Norte Pioneiro paranaense.

Nas últimas três décadas a temática e linha investigativa denominada “história das instituições escolares” tem recebido destaque nas pesquisas na área de História da Educação. Esse enfoque no local e no micro, tanto enquanto objeto quanto como recorte, tem sido reivindicado e entendido como território específico de uma perspectiva teórico-metodológica, a Nova História Cultural.

Todavia, é possível realizar pesquisas sobre as instituições escolares e sobre a educação local ou regional em uma perspectiva que considere as relações materiais dos homens em uma perspectiva histórica e dialética. Ao olhar para a historiografia da educação brasileira podemos observar que o local sempre esteve presente independente de sua orientação teórico-metodológica. (SAVIANI, 2012). Na mesma direção: “[...] a definição que opõe a micro-história a uma história da totalidade não se dá pelo recorte do tema objeto da pesquisa, mas sim em decorrência da perspectiva de análise” (SANFELICE, 2010, p. 32).

Pesquisas que considerem a história regional e local para compreender as instituições escolares são necessárias nesse processo

de reconstrução de uma memória coletiva e individual que confira identidade a partir das especificidades de cada localidade, bem como a partir dos mais variados sujeitos dessa história.

O abuso ideológico mais comum na construção da narrativa histórica são as análises anacrônicas, mais do que propriamente narrativas inventadas. O problema é que se torna difícil combater essa visão, que muitas vezes acaba predominando na memória coletiva, especialmente porque essa história é ensinada nas escolas e escrita nos manuais didáticos. São essas análises que levam a um tipo de pensamento de superioridade, e é esse pensamento que a universidade deve combater ao produzir estudos sistematizados. (HOBSBAWM, 1998).

Para pensar essa construção da memória coletiva acerca do pioneiro no contexto de formação de professores no Norte Pioneiro, considera-se que a tradição não é entidade abstrata: pensamos de uma forma a história porque assim nos ensinaram, e “[...] é o que as pessoas aprenderam de padres, professores, autores de livros de história e compiladores de artigos para revistas e programas de televisão”. (HOBSBAWM, 1998, p. 20).

A história muitas vezes se apresenta como modelo para o presente ou mesmo como nostalgia. É o problema do passado tanto como genealogia quanto como cronologia. No caso dos estudos sobre a região em específico não é incomum encontrar estudos memorialistas, que enfatizam e enaltecem a atuação dos pioneiros na construção da região e do próprio estado do Paraná, inclusive sua participação na fundação de escolas, conforme podemos ver em um documentário-propaganda dos anos 1940 sobre a cidade de Jacarezinho, por exemplo, ou ainda no texto do professor Thomaz Aimone (1991) sobre o Ginásio Rui Barbosa da cidade de Jacarezinho. Ao historiador cabe retirar ou levantar essas vendas, pois a história escrita tanto como inspiração quanto como ideologia carregam em si uma propensão à criação de um “mito de autojustificação” (HOBSBAWM, 1998, p. 48).

Desse modo, apesar do recorte local e regional, esta pesquisa adotou a região Norte Pioneiro como recorte espacial de nosso

objeto, o que não interfere no método a ser adotado. Assim, o olhar lançado para a elaboração do inventário está relacionado a uma visão mais profunda sobre o sentido de local e regional, que articule dialeticamente os âmbitos sociais, econômicos, culturais e educacionais com os cenários nacional e internacional. Esse cuidado em não isolar a região se insere em uma preocupação de respeitar a diversidade, e a melhor maneira de fazer isso é relacioná-la ao todo. O isolamento só reforça e degenera [...] a diversidade em desigualdade, cristalizando-a pela manutenção das deficiências locais. (SAVIANI, 2012, p. 26). Considera-se, portanto, que o local, o regional e o nacional não são opostos e excludentes e os estudos locais e regionais são importantes para compreender a educação de modo concreto.

Além disso, destacamos a relevância dos estudos realizados no interior dos grupos de trabalho do HISTEDBR para a consolidação da área de História da Educação e no sentido de ampliação de fontes e fortalecimento de temáticas como as instituições escolares desde os anos 1980. Os trabalhos do HISTEDBR não constituem uma exceção nos estudos na linha de pesquisa intitulada “história das instituições escolares”. O papel das entidades e congressos promovidos na área é igualmente relevante na constituição da História da Educação como área de pesquisa e das instituições escolares como temática privilegiada.

No caso específico do Paraná, os grupos de trabalho do HISTEDBR realizaram ampla pesquisa intitulada “Reconstrução Histórica das Instituições Escolares Públicas do Estado do Paraná” sob coordenação geral da prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Isabel Moura Nascimento, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A proposta aconteceu a partir da reunião realizada em Ponta Grossa por ocasião do I Simpósio de História da Educação: “História das Instituições Escolares no Brasil”, realizado entre os dias 13 a 15 de agosto de 2007 na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Estiveram presentes representantes dos GTs do HISTEDBR das seguintes instituições paranaenses: UEPG, UEM, PUC CURITIBA, UNICENTRO/Guarapuava, UNICENTRO/Irati, e UNIOESTE. O

grupo de trabalho HISTEDNOPR, de Jacarezinho, foi criado no ano de 2015, posteriormente a essa reunião, mas com esta pesquisa inicia sua trajetória e contribuição a esses estudos já iniciados há uma década nas principais instituições de Ensino Superior Paranaense<sup>11</sup>.

A Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), bem como a publicação e o congresso da área, a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) e o Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), respectivamente, desempenharam e ainda desempenham um importante papel no intercâmbio nacional e internacional de pesquisadores de diferentes instituições de ensino superior. O cerne da criação de uma entidade representativa da área de História da educação teve início ainda nos anos 1980, primeiro com a criação de um GT na Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED) em 1984 e da criação do HISTEDBR em 1986. Além disso, contribuíram nesse processo também os encontros internacionais da área, sobretudo os Congressos Ibero-Americanos de História da Educação e os Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação. (SAVIANI *et alli*, 2011).

No caso específico do HISTEDBR destacamos como marco as duas jornadas do grupo:

Em ordem cronológica: a “V Jornada do HISTEDBR”, realizada na Universidade de Sorocaba (UNISO), que teve como tema geral “Instituições Escolares Brasileiras: História, Historiografia e Práticas”, entre os dias 9 e 12 de maio de 2005 e a “VI Jornada do HISTEDBR”, realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), que teve como tema “Reconstrução Histórica das Instituições Escolares no Brasil”, no período de 7 a 9 de novembro de 2005. (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2015b, p. 111).

O tema instituições escolares tem se apresentado como tarefa coletiva no interior dos grupos de pesquisa, entidades e congressos da área. No entanto, não se pode dizer o mesmo sobre o tema “instituições escolares” no Norte Pioneiro.

---

<sup>11</sup> Mais informações sobre o projeto e os participantes em Nascimento (2009).

A principal motivação para a realização desta pesquisa é a escassez de trabalhos acadêmicos, pois tanto no campo da História quanto da História da Educação, quase não há resultados de pesquisas em nível de mestrado e doutorado sobre a região, de acordo com levantamento realizado no banco de teses e dissertações da CAPES. Este número relativamente baixo de estudos especializados, bem como as condições precárias de armazenamento dos documentos presentes nos arquivos escolares, faz com que trabalhos que busquem mapear, levantar e catalogar fontes, sejam o ponto de partida que possibilitem ampliar a documentação disponível para a pesquisa histórica. Futuramente, isto poderá fomentar novas investigações especialmente aquelas que se encarreguem da reconstrução histórica das instituições na região, sob uma perspectiva do materialismo histórico dialético. Espera-se, assim, a partir das especificidades articuladas ao todo, a possibilidade de reconstruir também as memórias e discursos de outros sujeitos da história da região, não apenas da memória hegemônica dos pioneiros.

Assim, conforme Saviani defendeu há uma década nas V e VI Jornadas do HISTEDBR, faz-se urgente a tarefa coletiva das entidades de área, grupos de pesquisa e programas de Pós-Graduação em realizar o mapeamento das instituições escolares brasileiras. Talvez a escassez de trabalhos na região denominada Norte Pioneiro possa ser explicada pelo fato de que não exista até o momento na região Programas de Pós-Graduação que possibilitem programas e projetos de pesquisa nesse sentido.

Tão grande quanto as possibilidades de pesquisa na região são os desafios apresentados por esse tipo de investigação. Apesar de não ser uma tarefa fácil e tampouco para pesquisadores de modo isolado, esses mapeamentos precisam ser iniciados, pois, sem as fontes não há a possibilidade da reconstrução histórica dessas instituições educativas. A matéria-prima da reconstrução histórica são as fontes. Por essa razão, ainda que um desafio, faz-se urgente iniciar a tarefa de mapear essas instituições e constituir fontes para que seja possível a reconstrução histórica da educação escolar na região.

Todavia, é necessário ponderar que as principais fontes para os estudos dessas instituições podem ser encontradas na legislação, em documentos da administração pública e da própria administração da escola, sobretudo nos arquivos escolares. Ou seja, são fontes oficiais e que precisam ser indagadas e contextualizadas.

Assim, mesmo em uma pesquisa como esta que objetiva realizar um inventário, destaca-se que este mapeamento pode ser feito de modo crítico ao inserir nosso objeto em seu contexto mais amplo, e que o trabalho de levantar, catalogar e preservar essas fontes escolares, ainda que admitida a sua dimensão oficial, permitirá a diversificação documental para que se elaborem estudos críticos e sistemáticos na região.

O local do qual se lança o olhar para compreender a formação de professores no contexto paranaense é a Mesorregião denominada Norte Pioneiro, atualmente composta por 46 municípios. Apesar do processo de (re) ocupação do território compreendido entre os rios Paranapanema, Itararé e Tibagi ter iniciado ainda no período imperial, são poucas as obras que discutem historicamente os núcleos povoadores da região de modo sistematizado.

O “Norte Pioneiro” paranaense, também conhecido como “Norte Velho”, é uma das dez mesorregiões que compõem o estado do Paraná segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É composto por 46 municípios, agrupados em cinco microrregiões (Jacarezinho, Cornélio Procopio, Ibaiti, Assaí e Wenceslau Braz). Em geral, os municípios são de pequeno porte. No total, eles somam cerca de 540 mil habitantes, o que corresponde a aproximadamente 5% do total de habitantes do estado. A economia gira em torno da produção agrícola, especialmente a produção de cana-de-açúcar para a produção de álcool. (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2015b, p. 112)

Compreender essa região é entendê-la a partir de uma hegemonia e posterior exaltação da figura dos latifundiários. Desde os primeiros núcleos colonizadores em meados do século XIX a

região foi palco de conflitos de terras entre posseiros e indígenas, de grilagem de terras por parte de iniciativas corroboradas pelo poder político, quer ainda no período imperial e que permanece como política do Estado já como unidade federativa da então jovem República brasileira. (WACHOWICZ, 1987; WACHOWICZ, 2001).

Poucas famílias ocupavam o vasto território de mais de 16.000 km<sup>2</sup>. Não houve uma preocupação por parte da elite dirigente em elaborar, por exemplo, um plano de ocupação para populações sertanejas do próprio Paraná, que já demonstrava excedente de mão-de-obra em fazendas de Jaguariaíva, Castro e Piraí, em fins do século XIX e início do XX.

Nunca houve manifesto interesse por parte dessa *elite dirigente paranaense*, formada basicamente por latifundiários dos Campos Gerais e adjacências, em fixar este excedente de mão-de-obra nas terras devolutas do futuro Norte Pioneiro. (WACHOWICZ, 1987, p. 7).

Pelo contrário, foram responsáveis, por exemplo, por intensos conflitos e grilagens de terras. Na segunda metade do século XIX houve um processo de invasão nos aldeamentos e terras indígenas por parte de políticos e de proprietários de terras. Houve conflitos e mortes em decorrência dessas invasões, que culminaram com uma lei federal em 1924 que extinguiu os aldeamentos. Como saldo, apenas 14% do território original do aldeamento de São Jerônimo, região de Jataizinho, pertencia aos Kaingang na década de 1920. (WACHOWICZ, 1987).

O primeiro núcleo colonizador oficial no Norte do Paraná no período republicano data de 1896, em Jataizinho. Adentrando o século XX o avanço da estrada de ferro Sorocabana e o processo intenso de urbanização das cidades do interior de São Paulo trouxeram mudanças ao Norte Pioneiro Paranaense. Havia intensa atividade de criação de suínos, o que atraiu para a região empresários frigoríficos de São Paulo, como o tradicional frigorífero Matarazzo, que trouxe uma filial à região de Jaguariaíva. As atividades do frigorífero foram intensas até a década de 1940,

momento de declínio do tropeamento de porcos, que culminou com o fechamento do frigorífero em 1947. (WACHOWICZ, 1987; WACHOWICZ, 2011).

Ainda no Paraná província, o Norte Pioneiro Paranaense foi alvo de disputa política e econômica com a província vizinha. O chamado “Perigo Paulista” advinha especialmente em decorrência do escoamento da produção da região para o porto de Santos e não para Paranaguá. Conforme avançava a estrada de ferro Sorocabana, aumentava a necessidade de criar uma malha ferroviária que ligasse a região ao litoral paranaense. Dessa forma, os núcleos do Norte Pioneiro eram ligados exclusivamente a São Paulo. (WACHOWICZ, 1987).

Após várias tentativas frustradas, inicia-se em 1912 a construção do ramal ferroviário, que ligaria Jaguariaíva a Jacarezinho. A conclusão acontece apenas em 1930, e a estrada de ferro ficou conhecida como “estrada dos desmaios” devido à demora de sua conclusão. (WACHOWICZ, 1987; WACHOWICZ, 2001)

No âmbito nacional, mineiros e paulistas até a década de 1930 ditavam as diretrizes do governo federal. Com a criação do Departamento Nacional do Café, nos anos 1920, os produtores do Paraná, além de serem obrigados por lei federal a escoar seu café para São Paulo, deveriam pagar uma taxa por cada novo pé de café plantado. Isso “[...] asfixiou o jovem café paranaense” (WACHOWICZ, 2001, p. 272).

Porém, no processo de loteamento e ocupação mais ao Norte, produção de café do Estado cresceu a partir dos anos de 1930 e, em 1935, a produção de café estava prestes a ultrapassar o principal produto produzido em todo o estado até aquele momento, a erva-mate, e se tornou o principal produto da economia paranaense. Nesse momento de expansão do café, houve o deslocamento do eixo produtor de café do Norte Pioneiro para Londrina. No final da década de 1950, o Paraná se tornou o maior produtor nacional de café. (WACHOWICZ, 2001)

A historiografia tradicional divide a (re) ocupação do norte do Estado em três regiões: norte pioneiro ou norte velho, norte novo e

norte novíssimo. Essa divisão já indica uma construção da memória a partir da figura do pioneiro como prolongamento do discurso “norte do Paraná”. Para Tomazi (1997) essa construção ideológica justificava a (re) ocupação dessa região que, segundo a elite e o governo estadual, estava vazia e passível de ser explorada pelos fazendeiros em um processo capitalista de venda e produção da terra, desconsiderando os nativos, especialmente Caingangue e Xetá, que foram dizimados nesse processo.

A construção da figura do pioneiro foi sistemática, sobretudo no início do período republicano, e concomitante à construção do mito do vazio demográfico. Ela aparece, por exemplo, na imprensa de Curitiba e no rádio da região. (WACHOWICZ, 1987).

Segundo o dicionário Libriam (s.d), a palavra “pioneiro” (do francês *pionnier*, sapador, colono de terras desabitadas) pode ser entendida em três diferentes acepções:

1. Que ou quem primeiro desbrava regiões incultas. = DESBRAVADOR
2. Que ou quem vai à frente. = DIANTEIRO, PRECURSOR
3. [Figurado] Que ou quem prepara os resultados futuros.

A figura do latifundiário foi entendida como a do desbravador pioneiro. Não são considerados da mesma forma os indígenas que primeiro habitavam essas terras e delas foram expulsos. Nem a dos trabalhadores agrícolas que tinham pequenas posses de terra.

[...] na maioria dos discursos oficiais, em livros didáticos, nas obras sobre o pioneirismo no norte do Estado, nos trabalhos acadêmicos que tratam da ocupação da região a partir de 1930, é comum encontrar-se a afirmação de que essas terras eram “devolutas”, “selvagens”, “desabitadas”, “estavam abandonadas”, “virgens”, “selváticas”, “sertão bravo”. As terras do setentrião, do oeste e sudoeste paranaense, para o colonizador dos anos de 1920 aos anos de 1950 estavam desabitadas, vazias, prontas para serem ocupadas e colonizadas. É o mito do vazio demográfico. (MOTA, 2009, p.14).

A ideia de futuro, de progresso permeia o movimento de (re) ocupação dessa região, e, isso incluía a concepção de que a educação traria esse futuro, essa modernidade a regiões sem cultura, sobretudo entre as décadas de 1930 a 1970, recorte desta pesquisa.

Foi um radialista da região quem teria difundido a expressão Norte Pioneiro, em detrimento do uso da expressão Norte Velho, utilizada e acatada na região.<sup>12</sup> Em trabalho realizado cotejando muitas fontes documentais, da imprensa e de entrevistas com moradores em diferentes cidades do Norte Pioneiro em meados dos anos 1980, Wachowicz conclui que:

Qualquer cidadão com alguma instrução utiliza-se da expressão Norte Pioneiro, e concorda em delimitá-la entre os rios Itararé, Paranapanema e Tibagi. Mas, em compensação, tem a tendência de atribuir a toda essa região as características peculiares do seu próprio município. Tal fato é consequência da falta de estudos e divulgação dos elementos básicos da história da região. (WACHOWICZ, 1987, p. 09)

Assim, pesquisas que considerem a história regional e local para compreender as instituições escolares são necessárias, e, em nossa região, faz-se urgente serem iniciadas devido à degradação dos documentos nos arquivos escolares provocada pelas más condições de acondicionamento e a falta de políticas públicas de preservação documental, bem como a possibilidade de se constituírem fontes a partir da memória dos sujeitos da história dessas instituições: professores, alunos e comunidade escolar.

No momento que nos interessa de modo mais próximo, a região foi grande polo de atração de migrantes e imigrantes, profissionais liberais, trabalhadores agrícolas, especialmente nas décadas de 1930 e 1950. Temos, assim, políticas públicas preocupadas em organizar e sistematizar a educação primária em

---

<sup>12</sup> Acatada, inclusive, oficialmente na divisão das mesorregiões do Estado do Paraná do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

todo o Estado, bem como na região. Tal sistematização acompanhava também a ideia de formação dessa memória cívica coletiva, dada a matriz liberal desse projeto. A educação institucionalizada teve papel fundamental para tal, no contexto aqui analisado, tanto em relação ao processo de urbanização como no âmbito do movimento ruralista na educação e sua preocupação em ir para o interior e educar o homem do campo.

Em mensagem à Assembleia Legislativa do Paraná do então governador do Estado do Paraná Manoel Ribas (1873-1946)<sup>13</sup>, no ano de 1936, é possível perceber um projeto no qual a valorização da educação seria o elemento para consolidar a democracia republicana. Inicia seu discurso sobre a Educação no Estado enfatizando que:

O Governo, acompanhando de perto os modernos processos pedagógicos e certo que o desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais da criança, deve constituir uma das maiores preocupações da Administração Pública [...] (PARANÁ, 1936, p. 45).

Também destaca o papel das “[...] escolas como campo para prática da democracia” (PARANÁ, 1936, p. 45).

A mensagem de governo de 1936 aponta um plano de ampliação no que concerne à formação de professores no Paraná: “Para maior facilidade de ensino, e para descongestionar as Escolas Normais existentes, o Governo cogita a criação de mais 2, 1 em Guarapuava e outra em Jacarezinho [...]” (PARANÁ, 1936, p. 46).

A construção de prédios escolares era entendida como sinônimo de modernidade:

Tenho dedicado especial interesse na construção de prédios escolares. [...] A Escola Normal de Jacarezinho, cuja construção está

---

<sup>13</sup> Manoel Ribas foi interventor e governador do estado do Paraná durante 13 anos no período conhecido como Era Vargas (1930-1945). Foi representante da oligarquia regional do Paraná Tradicional e priorizou a construção de edifícios públicos, entre eles escolas, por todo o interior do Estado. (PARANÁ, s.d.).

em véspera de acabamento, será, dentro em pouco, o mais moderno e aperfeiçoado estabelecimento de ensino secundário do Estado. (PARANÁ, 1937, p. 78).



Figura 01 – Etapas da construção do prédio. A obra foi finalizada no final de 1937. É um prédio grande e que se impõe em uma das principais avenidas da cidade. Atualmente no prédio funciona o Colégio Estadual Rui Barbosa. Fonte: <http://histednopr.blogspot.com.br/2014/08/fotos-do-ginasio-rui-barbosa-na-decada.html>.

O inventário foi realizado a partir de dois eixos principais: 1 – consulta, digitalização, leitura e organização dos decretos e leis referentes à criação de cursos e Escolas Normais que compõem o acervo do Arquivo Público do Estado do Paraná; 2 – consulta, *download*, leitura e organização dos históricos disponibilizados nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas e Colégios Estaduais de todos os municípios que compõem a mesorregião “Norte Pioneiro” Paranaense. Tal consulta foi realizada junto aos

Núcleos Regionais de Educação (NREs) de Jacarezinho, Cornélio Procópio, Ibaiti, Wenceslau Braz e Telêmaco Borba<sup>14</sup>.

É importante ressaltar que sabemos que esses dados merecem maior atenção, sobretudo os históricos apresentados nos PPPs quando do aprofundamento e estudo de cada uma dessas instituições. Algumas informações podem não estar disponíveis nos PPPs. Um exemplo disso é o fato de que em nenhum histórico de nenhuma das escolas de Cornélio Procópio há o relato, tampouco menção às leis e decretos de instalação e criação da Escola Normal que recebeu posteriormente o nome de Júlia Wanderley. Também não foi encontrado no Arquivo Público do Estado do Paraná nenhum documento (lei, decreto) que mencionasse a criação dessa escola. Todavia, ao realizar o levantamento das teses e dissertações sobre o Norte Pioneiro na área de Educação, encontramos o trabalho de Nogueira (2012) que propõe a reconstituição histórica dessa Escola Normal, que, segundo a autora, funcionou entre os anos de 1953 e 1967.

Ainda que com essas limitações, a tarefa de mapear os cursos e Escolas Normais possíveis nesse primeiro momento constitui um passo inicial importante na tarefa de um projeto maior que deve ser a reconstituição histórica de cada uma dessas instituições escolares no Norte Pioneiro, tarefa que deve ser coletiva e que vem sendo assumida pelo HISTEDNOPR.

Também foram realizadas as leituras dos relatórios e mensagens de governo, extrapolando a baliza temporal inicial estabelecida. No relatório do período de 1924 a 1928 sobre a instrução pública do governo de Caetano Munhoz da Rocha (1894-1944) há notícia sobre o funcionamento de duas Escolas Normais

---

<sup>14</sup> Os dados foram obtidos através da ferramenta de busca Rede escola, da secretaria de Estado da Educação (SEED) PR – disponível em: <http://www.redeescola.seed.pr.gov.br/modules/instalacao/localizarEscolas.php>. Em cada Núcleo Regional de Ensino é possível utilizar município (ordem alfabética) como indicador e fazer a busca por escola (ordem alfabética). Foram feitos os *downloads* de todos os PPPs e históricos nas páginas da escola que se encontravam disponíveis.

Complementares nas cidades de Jacarezinho e Guarapuava, bem como já está registrada a intenção de instalar mais duas escolas normais primárias no estado: uma no Norte e outra no Oeste paranaense.

No decênio de 1920 a 1929, a Escola Normal Complementar de Jacarezinho contou com 6 professores: 2 normalistas de 1ª classe, 1 de normalista de 2ª classe, 1 efetivo de 1ª classe e 1 provisória, exonerada em 13/11 sem indicação de ano. (PARANÁ, 1930). Ainda no ano letivo de 1927 foram realizados os primeiros exames finais das duas Escolas Normais Complementares de Jacarezinho e Guarapuava. Percebemos nos dados apresentados ainda um alto índice de evasão e reprovação nesse nível intermediário de ensino. No caso de Jacarezinho, dos 25 matriculados, apenas 16 submeteram-se aos exames, e, dentre os examinados, apenas 6 conseguiram aprovação. Interessante notar, contudo, que todos aqueles que conseguiram aprovação já estavam devidamente nomeados como professores efetivos e atuando em Jacarezinho e na região. (PARANÁ, 1924-1928).

Apesar de haver no relatório a indicação do aumento da população escolar em todo o Paraná, bem como a criação de mais unidades escolares, destaca que as Escolas Normais e as Normais Complementares não têm formado ainda professores suficientes diante da demanda. Registra a realização de concurso para professores na cidade de Jacarezinho em fevereiro de 1928. Interessante destacar que o relatório indica ainda outros dois concursos ocorridos na capital em julho de 1928 e janeiro de 1929. Não noticia concurso em outra cidade do Estado. Em Jacarezinho foram 15 aprovados dentre os 27 inscritos. (PARANÁ, 1924-1928).

Mas por que a preocupação em criar mais escolas na região Norte Pioneiro, e, de modo específico, escolas para formar professores? O papel dos Cursos e Escolas Normais não se restringia à formação técnica e à qualificação de professores, mas sim são peças fundamentais na construção de uma memória cívica. Os professores foram instrumentos no projeto de normatizar todos aqueles considerados marginalizados, na tarefa de construir

hábitos e valores que cooperassem para uma organização social sem conflitos.

O mapeamento realizado apontou para a existência de Cursos e Escolas Normais em 30 dos 46 municípios pertencentes atualmente à mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense entre os anos de 1926 a 1971. Dentre as modalidades foram encontradas Cursos ou Escolas Normais com a denominação de: Complementar, Escola de Professores, Regional, Secundária, Ginásial e Colegial.

A partir dos dados levantados, pode-se perceber a predominância da criação dessas escolas nas décadas de 1950 e 1960, momento de expansão da Escola Normal no Brasil, de modo amplo, e no Paraná, de modo específico, motivada pelo ideal renovador e pelo movimento ruralista, com a criação majoritária de Cursos Normais Regionais. A criação dessas escolas acompanhou a (re) ocupação da região, a criação de núcleos populacionais cada vez mais ao norte do Estado, sobretudo a partir do loteamento dirigido pela Companhia de Terras e Norte do Paraná e da expansão cafeeira<sup>15</sup>.

Isso significa, em números, que, após a instalação do Curso Normal Complementar em caráter emergencial no ano de 1926, no final da década de 1930 havia apenas uma Escola Normal em funcionamento na região, na cidade de Jacarezinho. Na década seguinte não encontramos registro de criação de curso ou Escola Normal na documentação consultada<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Sobre a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná ver Wachowicz (1987).

<sup>16</sup> Algumas hipóteses: 1 – há uma lacuna entre os anos de 1941 a 1947 nas mensagens e relatórios de governo disponíveis para consulta no Arquivo Público do Paraná, que poderiam servir para cruzamento de fontes com a legislação. Não foi encontrada nem no conjunto de leis do período (consultados todos os livros disponíveis no Arquivo Público do Paraná) tampouco nos PPPs; 2 – O projeto do Estado se voltava para obras de infra-estrutura e saúde pública, bem como para a (re) ocupação mais ao norte, na região de Londrina e Maringá, bem como no Oeste.

Já nos anos de 1950 e 1960, considerados por Miguel (2011) como momento de expansão do ideário da Escola Nova no Paraná, e destacado por Tanuri (2000) como momento de consolidação da Escola Normal como modelo na formação de professores, mapeamos a criação de 30 Cursos e Escolas Normais, tanto Regionais quanto Secundárias, do Norte Pioneiro. Dentre essas, 11 são Cursos ou Escolas Normais Regionais, a partir do ideário das reformas capitaneadas por Erasmo Pilotto que impulsionaram a criação de Escolas Normais no interior do Estado<sup>17</sup>.

Pouco antes da reorganização a partir da reforma 5692/71, foi registrada a existência de 21 Escolas Normais Colegiais em todo Norte Pioneiro, dentre as quais, duas particulares nas cidades de Jacarezinho e Santo Antonio da Platina, dirigidas por ordens religiosas católicas.

Esse movimento de ampliação demonstra a preocupação do Estado a partir de um movimento de atração de migrantes e imigrantes para a região, e do professor como peça fundamental no binômio ordem e progresso, tanto na tarefa de fortalecimento do patriotismo e do nacionalismo quanto de *paranizar* o Norte do Estado.

À medida que pessoas eram atraídas para a região do Norte Pioneiro, fazia-se urgente a presença do Estado, representado pela figura do professor, que tinha essa incumbência de formador moral e cultural do povo, em um movimento de expansão do ideário da Pedagogia da Escola Nova pelo interior do Estado:

Esse ideário expandiu-se pelas escolas paranaenses que foram fundadas no período de 1946 a 1961, nos municípios oriundos do

---

<sup>17</sup> Pelo mapeamento, pelo menos mais duas escolas provavelmente foram criadas na década de 1950. Todavia, não foi possível confirmar com certeza a afirmação devido à imprecisão dos dados constantes nos históricos dos PPPs consultados das escolas das duas cidades, e foram deixadas momentaneamente sem serem computadas nos dados apresentados. Trata-se da Escola Normal Secundária da cidade de Wenceslau Braz e da Escola Normal e Colegial de Siqueira Campos, onde também foram criados Cursos Normais Regionais nos anos de 1950. (PARANÁ, 1955).

desenvolvimento proporcionado pelas lavouras de café, no norte do Paraná, e pecuária no sudoeste. (MIGUEL, 2011, p. 135).

A expansão de cursos e Escolas Normais no Norte Pioneiro Paranaense nas décadas de 1950 e 1960 se insere em um movimento mais amplo de expansão e consolidação das Escolas Normais no país como modelo de formação profissional e com características pautadas na ideia da pedagogia como ciência, sobretudo a partir do amplo projeto de reformas movidos pelo ideário renovador em todo o território nacional.

O modelo da Escola Normal atravessou os anos de 1950 e 1960 marcado pelo modelo dual de formação em dois níveis, formando regentes e professores primários com planos de carreira e remuneração distintos. Podemos identificar a partir do inventário a criação desses dois níveis de Escola Normal ao longo dessas décadas na região.

Muitas são as possibilidades de desdobramento a partir desta pesquisa. No que se refere de modo específico ao amplo movimento das ideias da Escola Nova e no contexto de criação de um modelo para essas escolas a partir de reformas na educação, podemos indagar: teria esse modelo de Escola Normal dos renovadores, ainda que implantados oficialmente na Escola Normal da capital federal e em Curitiba, reorganizado também os cursos e Escolas Normais no interior do Estado? O fato de criar essas escolas significou a contratação de professores qualificados na área pedagógica? Por quanto tempo funcionaram esses cursos e escolas? Em quais prédios e em quais condições? Quais as taxas de matrícula e frequência? Como funcionavam as Escolas de Aplicação, grupos escolares e ginásios anexos às Escolas Normais no interior do Estado, mais especificamente, nas Escolas Normais no Norte Pioneiro?

A partir da tese de Miguel (2011) da função da Escola Normal como educadora do povo no contexto paranaense, indicamos a hipótese de que a ida ao interior a partir das reformas de Pilotto foi fator importante na formação de uma memória cívica, de

obediência ao Estado e, no que se refere ao Norte Pioneiro, como parte do processo de construção de uma memória regional a partir de apenas um grupo social, os pioneiros.

Analisar esse processo de construção da memória do pioneiro a partir da Escola Normal na região se apresenta como importante possibilidade futura de pesquisa a partir das fontes inventariadas, sobretudo a partir da reconstrução histórica de cada uma dessas instituições, da consulta no acervo de seus arquivos, no sentido de ampliar os sujeitos dessa história. A partir dos acervos das escolas podem ser investigados: a origem geográfica de seus alunos, a fim de compreender o movimento migratório; relação entre Religião e Educação no Estado a partir de escolas subvencionadas, tanto de ensino primário quanto de ensino Normal na região<sup>18</sup>.

Considerando a dinamicidade das escolas em sua relação com a sociedade, a reconstrução histórica das instituições também se apresenta como importante possibilidade de avançar na sistematização e compreensão da própria história da região, a fim de escrever outras histórias e construir outras memórias nas quais todos os sujeitos sejam contemplados

---

<sup>18</sup> No mapeamento encontramos duas Escolas Normais particulares no Norte Pioneiro, ambas dirigidas por ordens católicas: Escola Normal Colegial Particular “Sagrada Família” na cidade de Santo Antonio da Platina e a Escola Normal Secundária Imaculada Conceição em Jacarezinho. (CARVALHO, 1971). Não encontramos a data de criação ou o período de ofertado curso normal nos estabelecimentos de ensino. A partir da legislação consultada no Arquivo Público do Paraná, foram localizadas duas leis que indicam que o Colégio Imaculada Conceição escola foi subvencionada pelo Estado, na medida em que foram abertos créditos Pelo Poder Executivo para a Secretaria de Educação e Cultura para a construção e conclusão do prédio. (PARANÁ, 1954; PARANÁ, 1955). Atualmente, o prédio do Colégio Imaculada Conceição é alugado pelo Estado, que fornece professores, mas é dirigido por uma ordem religiosa feminina. A diretora deve ser uma freira da ordem, mas concursada pelo Estado.

## Capítulo 03

### **Guia de Fontes para a História da Educação no Norte Pioneiro: Cursos e Escolas Normais (1926-1971)**

Este guia disponibiliza informações sobre as cidades onde foram criados Cursos e Escolas Normais, a fonte documental de informação, bem como a sua localização. A escassez de trabalhos sistematizados sobre as instituições escolares na região direcionaram e motivaram esta pesquisa. Entende-se que investigar essas instituições faz parte da compreensão e preservação de parte do patrimônio histórico e cultural da região. Apresenta também, ao final, uma seleção de fontes documentais e bibliográficas que podem auxiliar nos estudos sobre a temática.

Mapear a criação de Cursos e Escolas Normais no Norte Pioneiro constitui em um passo inicial importante na tarefa de um projeto maior que deve ser a reconstituição histórica de cada uma dessas instituições escolares, tarefa que deve ser coletiva e que vem sendo assumida pelo HISTEDNOPR.

Espera-se que a partir desse inventário seja possível instigar e estimular pesquisas sobre a história das instituições escolares na região, de modo específico, bem como possibilitar o acesso a fontes históricas que auxiliam na sistematização e compreensão também da própria história da região.

---

## MAPA DA MESORREGIÃO NORTE PIONEIRO PARANAENSE

---



Fonte: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

O Norte Pioneiro Paranaense é composto por 46 municípios.  
[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=2](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=2)

# CRONOLOGIA DOS PRESIDENTES E GOVERNADORES DO ESTADO DO PARANÁ (1926 a 1971)

DADOS BIOGRÁFICOS	CONDIÇÃO	PERÍODO DE GOVERNO	
		Início	Término
<b>CAETANO MUNHOZ DA ROCHA</b> Nascido em Antonina (PR) – a 14.05.1879 Falecido em Curitiba (PR) – a 23.04.1944	Presidente do Estado	25.02.1924	25.02.1928
<b>MARINS ALVES DE CAMARGO</b> Nascido em Guarapuava (PR) – a 22.02.1882 Falecido em Curitiba (PR) – a 12.04.1962	Vice-Presidente do Estado	25.02.1924	25.02.1928
<b>AFONSO ALVES DE CAMARGO</b> Nascido em Guarapuava (PR) – a 25.09.1873 Falecido em Curitiba (PR) – a 16.04.1959	Presidente do Estado	25.02.1928	05.10.1930
<b>MARIO ALVES MONTEIRO TOURINHO</b> Nascido em Antonina (PR) – a 12.09.1871 Falecido em Curitiba (PR) – a 25.10.1964	Interventor	05.10.1930	29.12.1931
<b>JOÃO PERNETA</b> Nascido em Antonina (PR) – a 12.09.1871 Falecido em Curitiba (PR) – a 25.10.1964	Governador Interino	29.12.1931	30.01.1932
<b>MANOEL RIBAS</b> Nascido em Ponta Grossa (PR) – a 08.03.1873 Falecido em Curitiba (PR) – a 28.01.1946	Interventor	30.01.1932	12.01.1935
<b>EURIPEDES GARCEZ DO NASCIMENTO</b> Nascido em Curitiba (PR) – a 30.11.1888 Falecido em Curitiba (PR) – a 23.09.1960	Interventor	11.05.1934	22.05.1934
<b>MANOEL RIBAS</b> Nascido em Ponta Grossa (PR) – a 08.03.1873 Falecido em Curitiba (PR) – a 28.01.1946	Governador	12.01.1935	10.11.1937

<b>MANOEL RIBAS</b> Nascido em Ponta Grossa (PR) – a 08.03.1873 Falecido em Curitiba (PR) – a 28.01.1946	Interventor no Regime do Estado Novo	10.11.1937	03.11.1945
<b>CLOTÁRIO DE MACEDO PORTUGAL</b> Nascido em Campo Largo (PR) – a 08.06.1881 Falecido em Curitiba (PR) – a 09.02.1947	Interventor	05.11.1945	25.02.1946
<b>BRASIL PINHEIRO MACHADO</b> Nascido em Ponta Grossa (PR) – a 12.12.1907 Falecido em Curitiba (PR) – a 18.10.1997	Interventor	25.02.1946	06.10.1946
<b>JOÃO CÂNDIDO FERREIRA FILHO</b> Nascido na Lapa (PR) – a 30.07.1896 Falecido em Curitiba (PR) – a 29.08.1992	Governador Substituto	21.09.1946	07.10.1946
<b>MARIO GOMES DA SILVA</b> Nascido em Salvador (BA) – a 20.03.1898 Falecido em (?) – a 02.04.1984	Interventor	07.10.1946	06.02.1947
<b>ANTONIO A. DE CARVALHO CHAVES</b> Nascido em Macaíba (RN) – a 26.03.1875 Falecido em (?) – a 03.05.1949	Interventor	06.02.1947	12.03.1947
<b>MOYSÉS LUPION (MOYSÉS WILLE LUPION DE TROIA)</b> Nascido em Jaguariaíva (PR) – a 25.03.1908 Falecido no Rio de Janeiro (RJ) – a 29.08.1991	Governador	12.03.1947	31.01.1951
<b>GUATAÇARA BORBA CARNEIRO</b> Nascido em Reserva (PR) – a 24.05.1899 Falecido em Curitiba (PR) – a 17.06.1979	Governador Substituto	25.07.1949	31.10.1949
<b>BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO</b> Nascido em Paranaguá (PR) – a 17.12.1905 Falecido em Curitiba (PR) – a 12.11.1978	Governador	31.01.1951	03.04.1955
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> Nascido em São Paulo (SP) – a 14.10.1911 Falecido em Curitiba (PR) – a 15.08.1997	Governador Substituto	03.04.1955	01.05.1955
<b>ADOLPHO DE OLIVEIRA FRANCO</b> Nascido em Ponta Grossa (PR) – a 12.11.1915 Falecido em Curitiba (PR) – a 09.03.2008	Governador	01.05.1955	31.01.1956
<b>MOYSÉS LUPION (MOYSÉS WILLE LUPION DE TROIA)</b> Nascido em Jaguariaíva (PR) – a 25.03.1908	Governador	31.01.1956	31.01.1961

Falecido no Rio de Janeiro (RJ) – a 29.08.1991			
<b>GUATAÇARA BORBA CARNEIRO</b> Nascido em Reserva (PR) – a 24.05.1899 Falecido em Curitiba (PR) – a 17.06.1981	Governador Substituto	31.10.1959	09.03.1960
<b>NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA</b> Nascido na Lapa (PR) – a 25.07.1917 Falecido em Curitiba (PR) – a 16.10.2000	Governador	31.01.1961	17.11.1965
<b>AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETO</b> Nascido em Curitiba (PR) – a 30.04.1929	Vice-Governador	31.01.1961	17.11.1965
<b>AGOSTINHO JOSÉ RODRIGUES</b> Nascido em Curitiba (PR) – a 21.03.1915 Falecido em Curitiba (PR) – a 02.07.198	Governador Substituto	22.05.1963 15.09.1963	07.06.1963 04.10.1963
<b>ANTONIO FERREIRA RÜPPEL</b> Nascido em Bocaiúva do Sul (PR) – a 03.03.1921 Falecido em Curitiba (PR) – a 13.09.1999	Governador Substituto	17.11.1965	20.11.1965
<b>ALGACIR GUIMARÃES</b> Nascido em Curitiba (PR) – a 02.01.1909 Falecido em São Paulo (SP) – a 24.09.1988	Governador Eleito pela Assembléia Legislativa	20.11.1965	31.01.1966
<b>ALIPIO AYRES DE CARVALHO</b> Nascido em Carolina (MA) – a 22.10.1916 Falecido em Curitiba (PR) – a 30.05.2008	Vice-Governador	20.11.1965	31.01.1966
<b>PAULO CRUZ PIMENTEL</b> Nascido em Avaré (SP) – a 07.08.1928	Governador	31.01.1966	15.03.1971
<b>PLINIO FRANCO FERREIRA DA COSTA</b> Nascido em Curitiba(PR) – a 17.11.1920 Falecido em Curitiba (PR) – a 07.06.2008	Vice-Governador	31.01.1966	15.03.1971
<b>HAROLDO LEON PERES</b> Nascido no Rio de Janeiro (RJ) – a 02.05.1927 Falecido em Maringá (PR) – a 16.09.1992	Governador	15.03.1971	23.11.1971
<b>PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA</b> Nascido em Curitiba (PR) – a 26.02.1916 Falecido em Curitiba (PR) – a 11.07.1973	Vice-Governador Governador Substituto	15.03.1971 23.11.1971	23.11.1971 11.07.1973

Fonte: Período Republicano - 1889 a 2010 - Governadores do Estado

<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=95>

## INVENTÁRIO

LOCALIZAÇÃO	CIDADE/NRE	FONTE	MODALIDADE
<b>Arquivo Público do Paraná</b>	Jacarezinho/NRE Jacarezinho	Mensagem de Governo (1926) Relatório de Governo (1924-1928) Criada em 1926	Escola Normal Complementar
<b>PPP, histórico do Colégio Estadual Rui Barbosa e arquivo da escola</b>	Jacarezinho/NRE Jacarezinho	Decreto nº 6887 de 25 de maio de 1938	Escola Normal de Jacarezinho
<b>Arquivo Colégio Estadual Rui Barbosa</b>	Jacarezinho/NRE Jacarezinho	Ata de funcionamento 1943 Decreto nº 1514 de 12 de janeiro de 1943	Escola de Professores
<b>Arquivo Público do Estado do Paraná Decretos-Lei Vol. I - 418-505 1946</b>	Jacarezinho/NRE Jacarezinho	Decreto-Lei nº 432 de 28 de janeiro de 1946	Altera Escola de Professores para Escola Normal
<b>PPP e histórico do Colégio Estadual Rui Barbosa</b>	Jacarezinho/NRE Jacarezinho	Decreto nº 23.854 de 26 de novembro de 1958	Escola Normal Secundária "Presidente Carlos Cavalcante"

<p><b>PPP do Colégio Estadual Barão do Rio Branco</b></p>	<p>Assaí/NRE Cornélio Procópio</p>	<p>Portaria n.º 314 de 06 de maio de 1950</p> <p>1958-1962*</p> <p>1963-1965*</p> <p>Decreto n.º 695 de 15 de janeiro de 1957</p> <p>*Decretos não disponíveis</p>	<p>Curso Normal Regional</p> <p>Escola Normal Regional Barão do Rio Branco</p> <p>Escola Normal de Grau Ginásial Barão do Rio Branco</p> <p>Escola Normal Secundária de Assaí</p>
<p><b>PPP e histórico do Colégio Estadual Joao M Da Silveira</b></p>	<p>Quatiguá/NRE Jacarezinho</p>	<p>De 1935 (data improvável) a 1954 (devido à imprecisão da data, não foi incluída no gráfico)</p>	<p>Escola Normal Ginásial "Dr. Rui Barbosa"</p>
<p><b>PPP e histórico do Colégio Estadual Joao M Da Silveira</b></p>	<p>Quatiguá/NRE Jacarezinho</p>	<p>Decreto n.º 29.512 de 06 de maio de 1960, entrando em funcionamento em 01 de fevereiro de 1962.</p>	<p>Escola Normal Colegial Estadual João Marques da Silveira</p>
<p><b>Arquivo Público do Estado do Paraná</b> <b>Leis</b> <b>854 a 970</b> <b>1952</b> <b>Livro 11</b> <b>+++++</b> <b>PPP e histórico do Colégio</b></p>	<p>Santo Antonio da Platina/NRE Jacarezinho</p>	<p>Lei n.º 854 de 04 de fevereiro de 1952</p>	<p>Curso Normal Secundário anexo ao Ginásio Estadual</p>

<b>Estadual Rio Branco</b>			
<b>PPP e histórico da Escola Estadual Santa Terezinha</b>	Santo Antonio da Platina/NRE Jacarezinho	Decreto nº 18614 de 22 de agosto de 1958	Escola Normal Regional de Santo Antônio da Platina
<b>Arquivo Público do Estado do Paraná</b> Lei 1086 a 1210 1953 Livro 13 +++++++ <b>PPP do Colégio Estadual “Cyriaco Russo”</b>	Bandeirantes/NRE Cornélio Procópio	Decreto nº 8530 de 1950 (apenas PPP)  Lei nº 1188/06 de agosto de 1953 (Arquivo e PPP)	Escola Normal Regional  Escola Normal Secundária
<b>Arquivo Público do Estado do Paraná</b> Leis 1345 a 1477 1953 Livro 15 +++++++ <b>PPP do Colégio Estadual Cristo Rei</b>	Cornélio Procópio/NRE Cornélio Procópio	Lei nº 1470 de 28 de novembro de 1953  Decreto nº 16824 de 22 de abril de 1955	Escola Normal Secundária  Escola Normal Secundária
<b>Arquivo Público do Estado do Paraná</b>  Leis 1611 a 1750 1954 Livro 17	Uraí/NRE Cornélio Procópio	Lei nº 1693 de 07 de Janeiro de 1954	Curso Normal Regional
<b>Arquivo Público do Estado do Paraná</b> Leis 1611 a 1750 1954	Ribeirão Claro/NRE Jacarezinho	Lei 1696 de 07 de janeiro de 1954	Escola Normal Secundária

<b>Livro 17 +++++++ PPP e histórico do Colégio Estadual Joaquim A. de Moura</b>			
<b>PPP Colégio Estadual Miguel Dias</b>	Joaquim Távora/NRE Jacarezinho	1956 até 1963 Decreto não localizado	Escola Normal de Grau Colegial “Prudente de Moraes”
<b>PPP Colégio Estadual Durval Ramos Filho</b>	Andirá/NRE Jacarezinho	Decreto nº 1001 de 19 de março de 1956	Escola Normal Secundária de Andirá
<b>PPP da Escola Estadual Castro Alves</b>	Pinhalão/NRE Ibaíti	26 de dezembro de 1956 Decreto não localizado	Curso Normal Regional de Pinhalão
<b>PPP do Colégio Estadual Carlos Gomes</b>	Tomazina/NRE Ibaíti	Decreto nº 1000, de 15/03/56, publicado no Diário Oficial do Estado em 19/03/56	Escola Normal secundária de Tomazina
<b>PPP da Escola Estadual “Maria Pereira”</b>	Leópolis/NRE Cornélio Procópio	Decreto nº 7981/57  Decreto nº 29430 de 25 de maio de 1960  1962 – Mudança de Nome	Curso Normal Regional Escola Normal Regional D. João VI  Escola Normal Regional de Grau Ginásial D. João VI
<b>PPP do Colégio Estadual Coronel</b>	Japira/NRE Ibaíti	Decreto nº 15040 de 06 de abril de 1958, instalada dia	Curso Normal Regional

<b>Joaquim Pedro de Oliveira</b>		20 de janeiro de 1959, início do funcionamento em 02 de março de 1959	
<b>PPP e histórico Colégio Estadual Nicanor Bueno Mendes</b>	Jundiá do Sul/NRE Jacarezinho	Decreto n° 13766 de 26 de dezembro de 1957 e instalada em 13 de janeiro de 1959	Escola Normal Secundária de Jundiá do Sul
<b>Arquivo Público do Paraná</b>	Siqueira Campos/NRE Ibaiti	Mensagem de governo 1955 (anterior a 1955)	Curso Normal Regional
<b>PPP e histórico do Col. Est. Prof. Segismundo A. Netto</b>	Siqueira Campos/NRE Ibaiti	Fundada na década de 1950 Decreto e data não disponíveis	Escola Normal e Colegial Amando Barbosa Lemes
<b>Arquivo Público do Paraná</b>	Wenceslau Braz/NRE Wenceslau Braz	Mensagem de governo 1955 (anterior a 1955)	Curso Normal Regional
<b>PPP do Colégio Estadual “Dr. Sebastião Paraná</b>	Wenceslau Braz/NRE Wenceslau Braz	1959 a 1960 Decreto não disponível	Escola Normal Secundária “Joaquim Maria Machado de Assis”
<b>PPP do Colégio Estadual “Dr. Sebastião Paraná</b>	Wenceslau Braz/NRE Wenceslau Braz	1962-1964 Decreto não disponível	Escola Normal de Grau Colegial “Joaquim Maria Machado de Assis
<b>Histórico da Escola Estadual José de Alencar.</b>	Curiúva/NRE Telêmaco Borba	Decreto n° 27668 de 27 de janeiro de 1960	Curso Normal Regional de Curiúva

<b>PPP não disponível</b>		Decreto nº 29930 de 25 de maio de 1960  1963 - Decreto não disponível	Escola Normal Regional "José de Alencar"  Escola Normal Ginásial
<b>PPP e histórico do Colégio Estadual Hermínia Lupion</b>	Ribeirão do Pinhal/NRE Jacarezinho	Portaria nº 7444 de 25 de maio de 1960	Escola Normal Colegial Estadual "Hermínia Lupion"
<b>PPP do Colégio Estadual Aldo Dallago</b>	Ibaiti/NRE Ibaiti	Decreto nº 31047 de 20 de julho de 1960 e autorizado seu funcionamento pela Portaria nº 1952 de 03 de abril de 1961	Escola Normal Colegial "Ney Braga"
<b>Histórico da Escola Estadual Gabriel Bertoni. PPP não disponível</b>	Salto do Itararé/NRE Wenceslau Braz	Decreto nº 6130/62 de 26/02/62	Escola Normal de Grau Ginásial de Salto do Itararé
<b>PPP do C. E. Antonio Delfino Fragoso</b>	Salto de Itararé/NRE Wenceslau Braz	Decreto nº 22112 de 30 de Dezembro de 1970, Resolução nº 319 de 22 de janeiro de 1971	Escola Normal Colegial
<b>PPP da Escola Estadual Alvina Prestes</b>	Figueira/NRE Ibaiti Na época, era distrito de Curiúva	Decreto nº 14923, de vinte e dois de maio de 1964	Escola Normal Ginásial Estadual de Figueira
<b>PPP do Colégio Estadual Professor Pedro Viriato Parigot de Souza</b>	Jataizinho/NRE Cornélio Procópio	Decreto nº 14189/64	Curso Normal de Grau Colegial "Dr. Vicente Machado
<b>PPP do Colégio Estadual José</b>	Congonhinhas/NRE Cornélio Procópio	Decreto nº 19574 de 27 de	Escola Normal de Grau

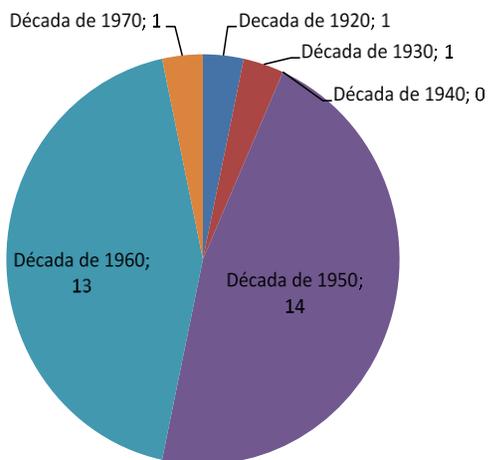
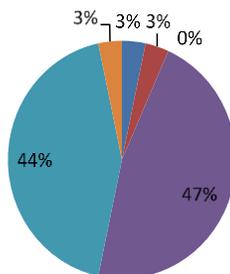
<b>Domingues da Costa</b>		setembro de 1965 e instalada no dia 12 de dezembro de 1965  1968	Colegial de Congonhinhas  Escola Normal Colegial Estadual "Alfredo Andersen"
<b>Arquivo Público do Estado do Paraná Livro 56</b>	Santa Cecília do Pavão/NRE Cornélio Procópio	Lei nº 5403 de 05 de outubro de 1966	Escola Normal Ginásial
<b>Arquivo Público do Estado do Paraná Livro 56 +++++ PPP do Colégio Estadual Papa Paulo VI</b>	Nova América da Colina/NRE Cornélio Procópio	Lei nº 5405 de 05 de outubro de 1966	Escola Normal Ginásial
<b>PPP e histórico do Colégio Estadual Leonardo F. Nogueira</b>	Pinhalão/NRE Ibaiti	Decreto nº 8249/67, autorização para funcionamento portaria nº 12915 de 29 de dezembro de 1967	Escola Normal Colegial Estadual
<b>PPP e histórico do Colégio Estadual Rui Barbosa</b>	Abatiá/NRE Jacarezinho	Decreto nº 8946 de 14 de fevereiro de 1968 e Portaria nº 1663 de 15 de fevereiro de 1968	Escola Normal Colegial de Abatiá

*Siglas: NRE – Núcleo Regional de Educação/PPP – Projeto Político Pedagógico*

Quadro elaborado pela autora a partir dos dados coletados em: Arquivo Público do Paraná e Núcleos Regionais de Educação

## Criação de Cursos e Escolas Normais no Norte Pioneiro Paranaense

■ Década de 1920    ■ Década de 1930    ■ Década de 1940  
■ Década de 1950    ■ Década de 1960    ■ Década de 1970



Gráficos elaborados pela autora a partir do inventário

---

## CRONOLOGIA DA CRIAÇÃO DE CURSOS E ESCOLAS NORMAIS NO NORTE PIONEIRO PARANAENSE

---

- 1926 – Escola Normal Complementar de Jacarezinho
- 1938 – Escola Normal de Jacarezinho
- 1950 – Curso Normal Regional de Assaí
- 1950 - Escola Normal Regional de Bandeirantes
- 1952 - Curso Normal Secundário anexo ao Ginásio Estadual de Santo Antonio da Platina
- 1953 - Escola Normal Secundária de Bandeirantes
- 1954 - Curso Normal Regional de Uraí
- 1954 - Escola Normal Secundária de Ribeirão Claro
- Década de 1950 (anterior a 1955) – Curso Normal Regional de Siqueira Campos
- Década de 1950 (anterior a 1955) – Curso Normal Regional de Wenceslau Bráz
- Década de 1950 (anterior a 1955) – Curso Normal Regional de Quatiguá
- 1956 - Escola Normal de Grau Colegial “Prudente de Moraes” de Joaquim Távora
- 1956 – Escola Normal Secundária de Andirá
- 1956 - Curso Normal Regional de Pinhalão
- 1956 - Escola Normal secundária de Tomazina
- 1957 - Curso Normal Regional de Leópolis
- 1958 - Escola Normal Regional de Santo Antônio da Platina
- 1958 - Curso Normal Regional de Japira
- 1959 - Escola Normal Secundária de Jundiá do Sul
- 1959 (?) - Escola Normal Secundária “Joaquim Maria Machado de Assis” de Wenceslau Braz
- Década de 1950 (?) “Escola Normal e Colegial Amando Barbosa Lemes” de Siqueira Campos

- 1960 - Escola Normal Colegial Estadual João Marques da Silveira (Quatiguá)
- 1960 - Curso Normal Regional de Curiúva
- 1960 - Escola Normal Colegial Estadual “Hermínia Lupion” de Ribeirão do Pinhal
- 1960 - Escola Normal Colegial “Ney Braga” de Ibaíti
- 1962 - Escola Normal de Grau Ginásial de Salto do Itararé
- 1964 - Escola Normal Ginásial Estadual de Figueira
- 1964 - Curso Normal de Grau Colegial “Dr. Vicente Machado” de Jataizinho
- 1965 - Escola Normal de Grau Colegial de Congonhinhas
- 1966 - Curso Normal Ginásial de Tuneiras do Oeste
- 1966 - Escola Normal Ginásial de Santa Cecília do Pavão
- 1966 - Escola Normal Ginásial de Nova América da Colina
- 1967 - Escola Normal Colegial Estadual de Pinhalão
- 1968 - Escola Normal Colegial de Abatiá
- 1970 - Escola Normal Colegial de Salto do Itararé

---

## MAPEAMENTO DOS CURSOS E ESCOLAS NORMAIS NO NORTE PIONEIRO ATÉ 1955

---

Total – 59 Cursos Normais Regionais em todo o Estado  
Cursos no Norte Pioneiro - 10

- Curso Normal Regional de Assaí
- Curso Normal Regional de Andirá
- Curso Normal Regional de Bandeirantes
- Curso Normal Regional de Cornélio Procópio
- Curso Normal Regional de Quatiguá
- Curso Normal Regional de Ribeirão Claro
- Curso Normal Regional de Rio Cinzas
- Curso Normal Regional de Siqueira Campos
- Curso Normal Regional de Uraí
- Curso Normal Regional de Wenceslau Braz

Total – 17 Escolas Normais de 2º Ciclo em todo o Estado  
Escolas no Norte Pioneiro – 06

- Escola Normal Secundária de Bandeirantes
- Escola Normal Secundária de Cambará
- Escola Normal Secundária de Cornélio Procópio
- Escola Normal Secundária de Jacarezinho
- Escola Normal Secundária de Ribeirão Claro
- Escola Normal Secundária de Santo Antonio da Platina

Lista elaborada pela autora a partir das informações coletadas em:  
PARANÁ. Mensagem de Governo. p. 159-160.

## MAPEAMENTO DE ESCOLAS NORMAIS EXISTENTES NO NORTE PIONEIRO EM 1971

CIDADE	ESCOLA	INSPETORIA
1. Siqueira Campos	Escola Normal Colegial Estadual "Amando Barbosa Lemos"	9ª Inspeção Regional de Ensino Mantenedor: Estado
2. Tomazina	Escola Normal Colegial Estadual "Dr. Nilo Peçanha"	9ª Inspeção Regional de Ensino Mantenedor: Estado
3. Wenceslau Bras	Escola Normal Colegial Estadual "Joaquim M. M. de Assis"	9ª Inspeção Regional de Ensino Mantenedor: Estado
4. Pinhalão	Escola Normal Colegial Estadual "Leonardo F. Nogueira"	10ª Inspeção Regional de Ensino Mantenedor: Estado
5. Ibaiti	Escola Normal Colegial Estadual "Ney Braga"	10ª Inspeção Regional de Ensino Mantenedor: Estado
6. Carlópolis	Escola Normal Colegial Estadual "Carolina Lupion"	11ª Inspeção Regional de Ensino Mantenedor: Estado
7. Joaquim Távora	Escola Normal Colegial Estadual "Prudente de Moraes"	11ª Inspeção Regional de Ensino Mantenedor: Estado
8. Quatiguá	Escola Normal Colegial Estadual "João Marques da Silveira"	11ª Inspeção Regional de Ensino Mantenedor: Estado
9. Abatiá	Escola Normal Colegial Estadual "Rui Barbosa"	12ª Inspeção Regional de Ensino Mantenedor: Estado
10. Jundiá do Sul	Escola Normal Colegial Estadual "Prof. Cleto da Silva"	12ª Inspeção Regional de Ensino Mantenedor: Estado

11. Ribeirão do Pinhal	Escola Normal Colegial Estadual “Hermínia Lupion”	12ª Inspetoria Regional de Ensino Mantenedor: Estado
12. Santo Antonio da Platina	Escola Normal Colegial Estadual “Anete Macedo”	12ª Inspetoria Regional de Ensino Mantenedor: Estado
13. Santo Antonio da Platina	Escola Normal Colegial Particular “Sagrada Família”	12ª Inspetoria Regional de Ensino Mantenedor: Particular
14. Cambará	Escola Normal Colegial Estadual “Joaquim Nabuco”	13ª Inspetoria Regional de Ensino Mantenedor: Estado
15. Ribeirão Claro	Escola Normal Colegial Estadual “Judith M. da Silveira”	13ª Inspetoria Regional de Ensino Mantenedor: Estado
16. Jacarezinho	Instituto Estadual de Educação de Jacarezinho	13ª Inspetoria Regional de Ensino Mantenedor: Estado
17. Jacarezinho	Escola Normal Colegial Particular “Imaculada Conceição”	13ª Inspetoria Regional de Ensino Mantenedor: Particular
18. Andirá	Escola Normal Colegial Estadual “Agostinho Ermelino de Leão”	14ª Inspetoria Regional de Ensino Mantenedor: Estado
19. Bandeirantes	Escola Normal Colegial Estadual “Maria Juvelina dos Santos”	14ª Inspetoria Regional de Ensino Mantenedor: Estado
20. Santa Amélia	Escola Normal Colegial Estadual de Santa Amélia	14ª Inspetoria Regional de Ensino Mantenedor: Estado
21. Itambaracá	Escola Normal Colegial Particular de Itambaracá	14ª Inspetoria Regional de Ensino Mantenedor: Particular

Quadro elaborado pela autora a partir das informações coletadas em: CARVALHO, Helena Mosca de (et. al.) **O ensino Normal no Paraná e os recursos humanos para o desenvolvimento.** Curitiba: FUNDEPAR, 1971, p. 82-83.

---

## **FONTES PARA O ESTUDO DA ESCOLA NORMAL NO NORTE PIONEIRO**

---

Seleção de fontes documentais e bibliográficas que podem auxiliar nos estudos sobre a Escola Normal no Norte Pioneiro. A seleção extrapola o recorte temporal proposto (1938-1971), uma vez que, para o estudo da Escola Normal na região se faz importante a compreensão da regulamentação do ensino no estado do Paraná, ao menos a partir da década de 1920, momento inicial de reformas promovidas inspiradas sob a Pedagogia da Escola Nova e dirigida por um especialista convidado do estado de São Paulo, professor da Escola Normal de Pirassununga, Cesar Prieto Martinez. Na década de 1920 também foi criada uma Escola Normal Complementar na cidade de Jacarezinho. Essa modalidade era intermediária e servia para preparar para o ingresso no curso Normal Secundário, bem como habilitava a partir de exame realizado, para o magistério no primário, na ausência de normalistas formadas.

---

## ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ<sup>19</sup>

---

### **Constituições do Estado do Paraná**

- 1935. Título IV – Da Educação e da Cultura - p. 25.  
Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Constituticao1935.PDF>
- 1947. Título V – Da Família, da Educação e da Cultura – Art. 110, inciso I – “Criação de Escolas Normais Rurais nos centros de produção agropastoril”. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Constituticao1947.PDF>

### **Filmes e Documentários-Propaganda**

- “Pelo Paraná Maior”. Produzido na década de 1920. Parte 02 – Escolas. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=122>

### **Relatórios do Departamento de Instrução Pública do Estado do Paraná e Diretoria Geral da Instrução Pública, pertencente à Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**

- 1920\_RELATÓRIO DO INSPETOR GERAL DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ.  
Inspetor: Cesar Prieto Martinez  
Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1920MFN806.pdf>.

---

<sup>19</sup> Documentos digitalizados disponíveis na página do Arquivo Público do Paraná (<http://www.arquivopublico.pr.gov.br>) e no Repositório Institucional da UFSC (<https://repositorio.ufsc.br/>).

- 1921\_ RELATÓRIO DO INSPETOR GERAL DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ. Inspetor: Cesar Prieto Martinez Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1921MFN807.pdf>
- 1922\_ RELATÓRIO DO INSPETOR GERAL DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ. Inspetor: Cesar Prieto Martinez. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1922MFN808.pdf>
- 1927\_ RELATÓRIO DO INSPETOR GERAL DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ. Inspetor: Lysímaco Ferreira da Costa. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1927MFN1019.pdf>
- 1931\_ Relatório Diretoria Geral de Instrução Pública. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1931MFN1053.pdf>

### **Relatórios e Mensagens de Governo**

- 1926\_Mensagem de Governo de Caetano Munhoz da Rocha. Sobre a necessidade de criação em caráter emergencial de Cursos Normais Complementares com duração de um ano no Norte do Estado. Gratificação para professores – p. 154. Criação e Programa da Escola Normal Complementar – p. 155. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1926\\_p.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/msg1926_p.pdf).
- 1924-1928\_Relatório de Governo de Caetano Munhoz da Rocha: Sobre a Escola Normal Complementar de Jacarezinho– p. 04, 07 e 08. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano\\_1924-1928\\_MFN\\_1199.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano_1924-1928_MFN_1199.pdf)
- 1932-1939\_Relatório do Interventor Manoel Ribas ao Governo Federal. Sobre o Ginásio de Jacarezinho, onde funcionou a Escola Normal – p. 54. Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano\\_1932\\_1939\\_MFN\\_825.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano_1932_1939_MFN_825.pdf)

- o 1940-1941\_RELATÓRIO do Interventor Manoel Ribas ao Governo Federal. Sobre a previsão de início de funcionamento da Escola de Professores em Jacarezinho em 1943 – p. 37. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1940-1941MFN827.pdf>
- o 1947-1950\_Relatório da Planificação de Obras do Governador Moysés Lupion. Secretaria de Viação e Obras Públicas. Departamento de Edificações. Sobre a previsão de construção de prédio para a Escola Normal em: Jacarezinho – p. 54. Ribeirão Claro – p. 77. Siqueira Campos – p. 83. Tomazina – p. 85. Cornélio Procópio – p. 36. Cambará – p. 22. Bandeirantes: p. 20. Disponível em: [http://www.arquivo publico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1947\\_1950MFN1146.pdf](http://www.arquivo publico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosGoverno/Ano1947_1950MFN1146.pdf)

### **Códigos e Regulamentos de Ensino no Paraná**

- o 1921\_Instrução aos Professores Públicos do Paraná. Inspetor Geral de Ensino: Cesar Prieto Martinez. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/105309/1921\\_INSTRU%C3%87AO%20AOS%20PROFESSORES%20PUBLICOS%20DO%20PR.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/105309/1921_INSTRU%C3%87AO%20AOS%20PROFESSORES%20PUBLICOS%20DO%20PR.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- o 1923\_Bases Educativas para a Escola Normal. Inspetor Geral de Ensino. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123699>.
- o 1924\_Regulamento das Escolas Normais Primárias. Decreto 135 de 12 de fevereiro de 1924. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8639944/7507>
- o 1942\_Organização do Ensino Primário e Normal no Paraná. Ministério da Educação. INEP. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104590>
- o 1949\_Anteprojeto da Lei Orgânica do Estado do Paraná. Erasmo Pilotto. Secretário da Educação e da Cultura.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104272>

○ 1954\_A Educação no Paraná. Erasmo Pilotto. Ministério da Educação e da Cultura. Boletim do INEP. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105388>

○ 1960\_Estatutos do Magistério Público no Paraná (toda legislação em vigor referente ao magistério Primário, Profissional, Secundário, Normal e Superior). Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio sGoverno/Ano1960MFN1513EstatutosdoMagisterioPublicodo Parana.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/Relatorio%20sGoverno/Ano1960MFN1513EstatutosdoMagisterioPublicodoParana.pdf)

---

## ESCOLA NORMAL NO NORTE PIONEIRO DO PARANÁ

---

### Dissertações<sup>20</sup>

- NOGUEIRA, A. C. S. **Marcos Possíveis para Reconstituir a História da Instituição Escolar Julia De Souza Wanderley: a primeira escola de formação de professores de Cornélio Procópio-Pr (1953-1967)**. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2012.
- SOUZA, L. A. de. **“Quando a Gente Recebe uma Carta do Estado Dizendo que Chegou a Hora...” – Memórias e Trajetórias de uma Professora Aposentada**. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR, 2014.
- GONÇALVES, E. F. **A primeira escola normal do norte do Paraná: Jacarezinho (1938-1973)**. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2018.

### Artigos e textos sobre a Escola Normal no Norte Pioneiro

- GONÇALVES, Estefane Francisca; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. História e Memória da Educação no Paraná: a Escola Normal de Jacarezinho (1943). *In: XII Jornada do Histedbr*. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada12/artigos/12/artigo\\_eixo12\\_95\\_1410815023.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/12/artigo_eixo12_95_1410815023.pdf)

---

20 Banco de Teses da CAPES. Consulta com as palavras-chave: formação de professores norte pioneiro, norte pioneiro do Paraná, escola normal norte pioneiro do Paraná.

- GONÇALVES, E. F.; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Formação de professores no norte pioneiro do Paraná: a escola normal de Jacarezinho na década de 1940. *In: Anais da XXVI Semana de História da UENP - Instituições e Memória: patrimônio, preservação e pesquisa*. Jacarezinho, 2014. p. 177-187.
- SANTANA, Maria Cristina Castanho de; NOGUEIRA, Adálcia Canedo da Silva. *História da Primeira Escola de Formação de Professores do Município de Bandeirantes (1954-1977)*. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_uenp\\_ped\\_artigo\\_maria\\_cristina\\_castanho\\_de\\_santana.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_ped_artigo_maria_cristina_castanho_de_santana.pdf).

---

## FONTES DIVERSAS SOBRE O NORTE PIONEIRO

---

### Filmes, documentários e fotografias

- **JACAREZINHO: a cidade rainha do Norte do Paraná.** Metrópole Filmes. São Paulo, 1947. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aUwEjr08Nns>
- **Guia de Fontes iconográficas – Escola Normal de Jacarezinho.** Organizada pelo HISTENOPR a partir do acervo organizado por Celso Rossi<sup>21</sup>. Disponível em: <http://histednopr.blogspot.com.br/2014/08/fontes-iconograficas.html>

### Fontes Bibliográficas

- AIMONE, Thomaz. **Meu ginásio Rui Barbosa de Jacarezinho.** Jacarezinho: [s.n.], 1991.
- WACHOWICZ, R. C. **Norte Velho, Norte Pioneiro.** Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.
- WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** Curitiba: Gráfica Vicentina, 2001.
- TOMAZI, N. D. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias.** Tese. 338 f. Departamento de História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1997.
- MUSSALAM, R. **Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos.** Dissertação. 176 f. Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Curitiba. Universidade Federal do Paraná. 1974. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24708/D%20-%20MUSSALAM,%20RENE.pdf?sequence=1>

---

<sup>21</sup> Trata-se do extinto endereço <http://jacarezinho.nafoto.net/>.

- TANNO, J. L. **Patrimônio documental do “Norte Pioneiro” do Paraná: história e memória das cidades da região (1890-1975)**. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434320504\\_ARQUIVO\\_JaneteTannoANPUH2015.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434320504_ARQUIVO_JaneteTannoANPUH2015.pdf)
- **IPARDES. Leituras Regionais: mesorregião Norte Pioneiro Paranaense**. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras\\_reg\\_meso\\_norte\\_pioneiro.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_norte_pioneiro.pdf)
- Ruckstadter, F. M. M. Grupos escolares no Norte Pioneiro do Paraná (1910-1971). **HISTEDBR OnLine**, 18(2), 2018, p. 401-419.

---

## DOCUMENTOS PUBLICADOS

---

- CARVALHO, Helena Mosca de (et. al.). **O ensino Normal no Paraná e os recursos humanos para o desenvolvimento.** Curitiba: FUNDEPAR, 1971.
- COSTA, Maria José Franco Ferreira da. **Lysimaco Ferreira da Costa.** A Dimensão de um Homem. Curitiba: UFPR, 1987.
- COSTA, M. J. F. F. da; SHENA, D. R.; SCHIMDT, M. A. **I Conferência Nacional de Educação. 1927.** Brasília: INEP, 1997.
- PILOTTO. E. **A educação no Paraná:** síntese sobre o ensino elementar e médio. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, MEC/INEP, 1954 (Campanha de inquéritos e levantamentos do ensino médio e elementar, public. Nº 3).
- \_\_\_\_\_. **Obras.** Volume I. Imprimax: Curitiba, 1973.

## CONCLUSÃO

Ainda há muito por se investigar acerca do processo de organização e sistematização da educação no contexto de (re) ocupação da região denominada Norte do Paraná, em específico na região denominada Norte Velho ou Norte Pioneiro. Desse modo, esta pesquisa inventariou e mapeou os Cursos e Escolas Normais considerando seu papel não apenas como instituições de formação de professores, a partir de um projeto mais amplo que compreendia os professores como instrumentos para a ordem e disciplina da população.

Mapear a criação de Cursos e Escolas Normais no Norte Pioneiro constituiu um passo inicial importante na tarefa de um projeto maior que deve ser a reconstituição histórica de cada uma dessas instituições escolares, tarefa que deve ser coletiva e que vem sendo assumida pelo HISTEDNOPR.

A ampliação no número de escolas para formação de professores no interior do Estado e, de modo específico, no Norte Pioneiro, demonstra a preocupação do Estado a partir de um movimento de atração de migrantes para a região, e do professor como peça fundamental no binômio ordem e progresso, tanto na tarefa de fortalecimento do patriotismo e do nacionalismo quanto de *paranizar* o Norte do Estado.

A expansão significativa de Cursos e Escolas Normais no Norte Pioneiro Paranaense nas décadas de 1950 e 1960 se insere em um movimento mais amplo de expansão e consolidação das Escolas Normais no país como modelo de formação profissional e com características pautadas na ideia da pedagogia como ciência, sobretudo a partir do amplo projeto de reformas movidos pelo ideário renovador em todo o território nacional.

Devemos compreender essas reformas a partir da relação entre Estado e educação. Nesse sentido, tanto as reformas de Cesar Prieto Martinez e Lysimaco Ferreira da Costa, quanto as de Erasmo Pilotto, estavam em consonância com o projeto do Estado de

ampliação e sistematização da escola primária no Paraná, entendidas como caminho para o progresso e para a consolidação da democracia. Isso incluía a ideia do professor como responsável pelo processo de educador do povo, como uma extensão do próprio Estado.

O modelo da Escola Normal atravessou os anos de 1950 e 1960, ainda que com propostas de reformas, marcado pelo modelo dual de formação em nível ginásial e nível colegial. Podemos observar a partir do inventário a criação desses dois níveis de Escola Normal ao longo da década de 1960 na região.

Muitas são as possibilidades de desdobramento a partir desta pesquisa: teria esse modelo de Escola Normal dos renovadores, ainda que implantados oficialmente na Escola Normal da capital reorganizado também os cursos e Escolas Normais no interior do Estado? O fato de criar essas escolas significou a contratação de professores qualificados na área pedagógica? Como funcionavam as Escolas de Aplicação, grupos escolares e ginásios anexos às Escolas Normais no interior do Estado, mais especificamente, nas Escolas Normais no Norte Pioneiro?

Espera-se que a partir desse inventário seja possível avançar na problematização dessas indagações, mas, principalmente, instigar e estimular pesquisas sobre a história das instituições escolares na região, de modo específico, bem como possibilitar o acesso a fontes históricas que auxiliam na sistematização e compreensão também da própria história da região.

## REFERÊNCIAS

### • Fontes Documentais

BRASIL. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961.

\_\_\_\_\_. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Lei nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Ensino Normal.** Decreto-Lei Nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946.

PARANÁ. **Código do Ensino do Estado do Paraná.** 1917. Curitiba. Typ. D'<A Republica>. Arquivo Público do Paraná.

\_\_\_\_\_. **Dispõe sobre as Escolas de Professores.** Decreto lei nº 432. 1947. Curitiba. Arquivo Público do Paraná. Volume I. Leis 418-505.

\_\_\_\_\_. **Departamento de Instrução Pública.** Resumo Estatístico no Decênio 1920 a 1929. 1930. Curitiba. Arquivo Público do Paraná.

\_\_\_\_\_. **Lei 2241 de 22 de Setembro de 1954.** Autoriza o poder executivo a abrir crédito especial de C\$ 300.000,00 para a construção do Colégio Imaculada Conceição de Jacarezinho. Leis 2211 a 2323. 1954. Livro 21.

\_\_\_\_\_. **Lei 2366 de 24 de Fevereiro de 1955.** Autoriza o Poder Executivo a abrir para a Secretaria de Educação e Cultura, o crédito especial de C\$ 860.000,00, destinado à conclusão da construção do Colégio Imaculada Conceição de Jacarezinho. 1955. Leis 2324 a 2406. Livro 22.

\_\_\_\_\_. **Mensagem de Governo.** 1936. Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 1ª. Legislatura da Segunda República, em 01 de Setembro de 1936. Curitiba. Arquivo Público do Paraná.

\_\_\_\_\_. **Mensagem de Governo.** 1937. Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Manoel Ribas à Assembléia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 3ª. seção ordinária da 1ª Legislatura, em 01 de Setembro de 1937. Curitiba. Arquivo Público do Paraná.

\_\_\_\_\_. **Regulamento das Escolas de Professores do Estado do Paraná.** Decreto 6597 de 16 de Março de 1938. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes\\_escritas/5\\_Gov\\_Vargas/paran%E1%20decreto%20n.%B0%206597%201938.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/paran%E1%20decreto%20n.%B0%206597%201938.htm). Acesso em 03 Fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Exº Sr. Secretário de Estado pelo prof. Cesar Prieto Martinez Inspetor Geral de Ensino.** 1920. Curitiba. Arquivo Público do Paraná.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Governo.** Caetano Munhoz da Rocha. 1924-1928. Curitiba. Arquivo Público do Paraná.

#### • Fontes do Arquivo do Colégio Estadual Rui Barbosa (Jacarezinho/PR)

PARANÁ. **Ata da Inauguração do Ginásio de Jacarezinho.** Caixa F6C124, 1938.

\_\_\_\_\_. **Ata da Instalação da Escola de Professores anexa ao Ginásio Rui Barbosa.** Caixa F4C56, 1943.

#### • Fontes Bibliográficas

AIMONE, Thomaz. *Meu ginásio Rui Barbosa de Jacarezinho.* Jacarezinho: [s.n.], 1991.

BOTO, C. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 19, nº 38, p. 253-281, 1999.

CARVALHO, M. M. C. A Reforma Sampaio Dória, política e pedagogia: problematizando uma tradição interpretativa. In: MIGUEL, M. E. B.; VIDAL, D. G.; ARAÚJO, J. C. S. (orgs.) **As manifestações da Escola Nova no Brasil: (1920 a 1946).** Uberlândia: EDUFU, 2011a, p. 5-30. (Coleção memória da educação).

\_\_\_\_\_. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011b, p. 225-252.

CARVALHO, Helena Mosca de (et. al.). **O ensino Normal no Paraná e os recursos humanos para o desenvolvimento**. Curitiba: FUNDEPAR, 1971, p. 82-83.

CORRÊA, P. S. de A. O Local e o Nacional em História da Educação: questões teórico-metodológicas. In: ROSÁRIO, M. J. A. do; MELO, C. N. de; LOMBARDI, J. C. (orgs.). *O Nacional e o Local na História da Educação*. Campinas: Alínea, 2012, p. 139-178.

COSTA, L. F. da. Bases Educativas para a organização da Nova Escol Normal Secundária do Paraná. In: COSTA, M. J. F. da. **A dimensão de um homem: Lysimaco Ferreira da Costa**. 1ª Reimpressão. Curitiba: Imprensa da UFPR, 1995.

CUNHA, M. V. da. A escola contra a família. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 447-468.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci**. Escritos escolhidos 1916-1935. Carlos Nelson Coutinho (organizador). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**: ensaios. Trad. Cid Knipel Moreira. 2ª ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

JACAREZINHO: a cidade rainha do Norte do Paraná. Metrópole Filmes. São Paulo, 1947.

MACHADO, M. C. G.; CURY, C. R. J. A educação nos anais da Constituinte Republicana do Estado do Paraná – 1892. **Educar em Revista**. Curitiba, Brasil, n. 49, p. 227-243, jul./set. 2013. Editora UFPR.

MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. **Histedbr On-Line**. Campinas, n. especial. Ago. 2006. p.188–204. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf). Acesso em: 28 Fev. 2017.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1999 (Coleção Os Pensadores).

MENDONÇA, S. R. de. Da República Velha ao Estado Novo. Parte B: Estado e Sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, M. Y. (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 316-326.

MIGUEL, Maria E. Blanck. A Escola Normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação: o ensino e a pesquisa em História da Educação**. 9 a 12 de Novembro de 2008. ARACAJU. 2008a. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/9.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. A Escola Normal no Paraná: instituição formadora de professores e educadora do povo. In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B. de; LOPES, A. de P. C. **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Alínea, 2008b.

\_\_\_\_\_. As Manifestações da Escola Nova no Paraná: política estadual de formação de professores. **Anais do VI Congresso Brasileiro de História da Educação: Invenção, tradição e escritas da História da Educação no Brasil**. 16 a 19 de maio de 2011. Vitória. 2011. Disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/res/trab\\_874.htm](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trab_874.htm). Acesso em 10 Fev. 2017.

\_\_\_\_\_. O significado do trabalho de Erasmo Pilotto no cenário educacional paranaense. *Educar em Revista*. Curitiba. n. 10, jan./dez. 1994, p. 81-89.

MONTEIRO, H. de M. Da República Velha ao Estado Novo. Parte A: O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, M. Y. (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p. 302-315.

MORENO, J. C. **Inventando a Escola, Inventando a Nação: discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928)**. 110 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 – 1924)**. Edição Revista e Ampliada. Maringá: EDUEM, 2009.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3ª ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

NASCIMENTO, M. I. M. Reconstrução Histórica das Instituições Escolares Públicas do Paraná. **Anais do VIII Seminário Nacional do Histedbr**. 30 de junho a 03 de julho. UNICAMP. Campinas, 2009. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_files/tsc\\_mariaisabel.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/tsc_mariaisabel.pdf). Acesso em 20 Ago. 2016.

NOGUEIRA, A. C. da S. **Marcos possíveis para reconstituir a história da Instituição Escolar Júlia de Souza Wanderley: a primeira escola de formação de professores de Cornélio Procópio-Pr (1953-1967)**. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas/SP: Alínea, 2013.

\_\_\_\_\_. **Schola mater: a antiga Escola Normal de São Carlos, 1911-1933**. São Carlos: EDUFSCar, 2002.

NÓVOA, A. O Passado e o Presente dos Professores In: NÓVOA, A. (org.) **Profissão Professor**. 2º ed. Porto: Porto Editora, s.d., p. 13-34. (Coleção Ciências da Educação).

OLIVEIRA, M.C.M. de. Organização Escolar no início do século XX: o caso do Paraná. **Educar**. Curitiba, n. 18, 2001, p. 143-155.

PARANÁ. Biografia de Manoel Ribas. Casa Civil. s.d. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=50>. Acesso em: 20 Fev. 2017.

PILOTTO, E. **A Educação no Paraná: síntese sobre o ensino público elementar e médio**. Distrito Federal: MEC/INEP, 1954.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Presença jesuítica na Vila de Paranaguá: o processo de estabelecimento do Colégio Jesuítico (1708-1759)**. Maringá: EDUEM, 2011. 125 p.

RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. Fontes para a História das Instituições Escolares no Norte Pioneiro do Paraná: reflexões sobre um itinerário de pesquisa. **Educere et Educare**, v.10, n.19, Cascavel, Jan./Jun. 2015. p. 109 - 117.

- Ruckstadter, F. M. M. (2018). **Grupos escolares no Norte Pioneiro do Paraná** (1910-1971). *Revista HISTEDBR On-Line*, 18(2), 401-419.
- SANFELICE, J. L. História de Instituições Escolares e Micro História. **HISTEDBR** [On-line], n.39, Campinas/ SP, set. 2010. p. 32-41.
- SAVIANI, D. **A Pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008.
- \_\_\_\_\_. Breves Considerações sobre Fontes para História da Educação. **HISTEDBR On-line**. Campinas, n. especial, ago. 2006, p.28-35.
- \_\_\_\_\_. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- \_\_\_\_\_. O Local e o Nacional na Historiografia a Educação Brasileira. In: ROSÁRIO, M. J. A. do; MELO, C. N. de; LOMBARDI, J. C. (orgs.). **O Nacional e o Local na História da Educação**. Campinas: Alínea, 2012, p. 13-30.
- \_\_\_\_\_. Sociedade Brasileira de História da Educação: constituição, organização e realizações. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, n. 3 (27), p. 13-45, set./dez. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Política e Educação no Brasil**, 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. Mai/Jun./Jul/Ago 2000. n. 14, p. 61-88.
- TOMAZI, Nelson Dácio. **Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias**. Tese. 338 f. Departamento de História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1997.
- VIDAL, D. G. Escola Nova e Processo Educativo. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. **500 Anos de Educação no Brasil**. 5ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 497-517.
- VIEIRA, C. E. O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e idéias educativas de Erasmo Pilotto. **Educar**. Curitiba. Editora da UFPR. n.18, 2001, p. 53-73.

WACHOWICZ, L. A. **Relação Professor-Estado no Paraná Tradicional**. Campinas, SP; São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1984.

WACHOWICZ, Ruy Christowam. *História do Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 2001.

\_\_\_\_\_. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.



## Sobre a autora



Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPed) – Mestrado Profissional em Educação Básica da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Norte Pioneiro” (HISTEDNOPR) – GT do HISTEDBR na UENP.

"[...] o presente livro reveste-se de grande importância ao reconstituir, no primeiro capítulo, a trajetória da Escola Normal no Paraná e ao construir, com base em fontes primárias, a emergência e o desenvolvimento da Escola Normal do Norte Pioneiro Paranaense. Mas esta obra de Vanessa Ruckstadter não se limita ao registro histórico. No terceiro capítulo brinda os leitores com um precioso Guia de Fontes para a História da Educação do Norte Pioneiro inventariando todos os Cursos e Escolas Normais desde seu início, em 1926, até sua substituição, em 1971, cobrindo todos os 46 municípios que integram a Região do Norte Pioneiro do estado do Paraná. [...] o modo como foi construída a pesquisa e a forma de exposição dos resultados alcançados, este livro se constitui num útil instrumento formativo para os Cursos de Pedagogia e demais licenciaturas assim como para os Programas de Pós-Graduação nas várias modalidades do campo das Ciências Humanas. Recomendo, pois, vivamente sua leitura e estudo."

**Prof. Dr. Dermeval Saviani**

"Cabe-me destacar o caráter inovador de sua obra, uma vez que Vanessa Ruckstadter não só pesquisou as fontes que informam sobre a formação de professores na Mesorregião do Norte Pioneiro inserindo-as no processo histórico, como ao final, disponibiliza ao leitor, um amplo repertório de quadros e fontes consultadas: Cronologia dos Presidentes e Governadores do Estado do Paraná (1926-1971); Inventário das fontes; Gráficos sobre a criação de escolas de formação de professores, a partir do inventário; Cronologia da criação de cursos e escolas normais; Mapeamento de cursos de escolas normais até 1955; Mapeamento de escolas normais existentes em 1971; Fontes disponíveis nos arquivos consultados; Relatórios e mensagens de governo; Códigos e regulamentos de ensino do Paraná; Dissertações que focalizam o tema pesquisado; Artigos sobre a questão da formação de professores na região."

**Profa. Dra. Maria Elisabeth Blanck Miguel**



ISBN 978-65-87645-10-0

